

Presidente da Mesa: Boa noite. Vamos dar início à ordem de trabalhos, uma longa lista, uma ordem de trabalhos com uma lista de onze pontos.

A nossa Assembleia está a ser gravada, porque se não julgarem inconveniente, a ata será reproduzida a partir da gravação que está a ser realizada.

Tenho, da parte do Grupo do Partido Socialista, a informação da substituição de dois elementos nesta Assembleia, por impossibilidade de participação. Manuel Cavalheiro da Fonseca e Costa e António Óscar Machado Rodrigues são substituídos nesta reunião por Pedro Jorge Dias Rodrigues e Fernanda Maria Bengalinha dos Santos Paredes.

Nesta fase inicial, portanto, Ponto n.º 1, Informações. Enquanto não temos o Regimento aprovado, verifica-se que, nesta fase seja dada a possibilidade ao público de poder intervir, no âmbito do Regimento, e depois decidiremos se o melhor será colocar estas intervenções no início dos trabalhos ou no final dos trabalhos. Mas, nesta reunião, será feita no início.

Temos uma proposta do Partido Comunista em relação a uma moção, mas eu deixaria essa proposta para depois deste ponto sobre as informações.

Faça favor. Pedia só que se identificasse, para podermos registar.

Isabel Silva (Elemento do público): Saúdo a Mesa. É a primeira reunião, depois das eleições.

Presidente da Mesa: Diga o seu nome, para ficar registado.

Isabel Silva (Elemento do público): Está bem. Isabel Silvana Lopes da Silva. Sou freguesa nesta nova freguesia, lá de baixo, Belém de baixo (vou falar assim) e Belém de cima.

A questão que eu quero pôr – e que já foi falada na última reunião antes das eleições, em que eu substituí o eleito – é a questão do fecho da Estação dos CTT, no Largo Isabel Aboim Inglês, que está a provocar, ao longo deste tempo todo, um enorme, enorme, enorme prejuízo à população, fregueses daquela zona, incluindo eu. Mas, eu não falo em mim; falo nas pessoas de mais idade, que têm de pedir a outros para se deslocar para levantar as suas pensões, para pagar as suas contas.

Na altura, o Sr. Presidente da Junta, o Dr. Fernando Ribeiro Rosa, tinha-me dito que estava a tratar do assunto. E eu gostaria de saber em que pé é que estão as conversações, para abrir ali, ou não, ou para abrir noutra sítio, noutra local.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu daria, no final deste ponto, a palavra ao Presidente do Executivo.

Faça favor. Pedia para que se identificasse, para podermos registar os nomes.

José Mota Pereira (Elemento do público): Eleitor 321-A, José Mota Pereira. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente do Executivo desta Junta, muito boas noites.

Como freguês muito antigo, sinto que é meu dever, pela consideração que este órgão autárquico merece, pela consideração pelos membros que compõe este mesmo órgão autárquico, e pela grande amizade que tenho por algumas das pessoas aqui presentes, fazendo parte deste órgão, eu quero desejar a todos umas boas festas e um bom ano novo, e que o vosso exercício no próximo ano, e no próximo mandato, corra todo otimamente.

E como é hábito também os fregueses sempre pedirem qualquer coisa, eu venho pedir. Ou melhor, pedir, pôr à consideração, de que deve ser dada prioridade a uma medida que consta do vosso programa, que é a parte de melhorar os acessos do público, concretamente dos peões, na questão de rebaixar os passeios. A Rua Tristão Vaz, que tem pessoas de muita idade, não tem rebaixamento de passeios. É uma rua que é utilizada na passagem, que é extraordinariamente perigosa (quase tão perigosa quanto a Avenida Ilha da Madeira), os passeios estão sem ser rebaixados, e portanto, quem utiliza cadeiras de rodas, ou para as pessoas mais velhas, andarilhos, ou para os pais que passeiam as crianças, torna-se, digamos, imperioso que uma das vossas primeiras medidas, se me permitem a expressão, seja, efetivamente, fazer o rebaixamento dos passeios.

Tenho dito. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado. Faça favor.

João Sousa (Elemento do público): Boa noite a todos. O meu nome é João Sousa.

Eu gostaria de me dirigir a esta Assembleia no sentido de sensibilizá-la para o facto de as condições de estacionamento junto à Unidade de Saúde Familiar, na Rua Fernão Mendes Pinto, não serem as melhores.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Faça favor.

Dora Rodrigues (Elemento do público): Muito boa noite a todos. O meu nome é Dora Isabel Rodrigues, e eu sou residente na Rua Gonçalo Nunes, os famosos prédios cor de rosa, aqui acima do Estádio do Belenenses.

O motivo que me traz aqui hoje é pedir o apoio da Junta de Freguesia a resolver um problema grave, que se pode tornar gravíssimo daqui a uns tempos se nada for feito. Eu enviei, no dia 4 de novembro deste ano, um *e-mail* ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-presidente, a explicar esta situação, que vem desde 2008, e tem a ver com problemas na cobertura das nossas garagens. Estamos a falar de garagens que servem cerca de cem pessoas. Portanto, eu estou aqui em

representação de cem condóminos, residentes no bairro. E o que se passa, portanto, é que o edifício foi construído, na altura, pela EPUL, houve graves deficiências na construção e no arruamento, portanto, na cobertura do arruamento que, em nosso entender, e salvo melhor explicação, não pode nunca ser considerado um arruamento privado. Portanto, não há trincos, a passagem é pública, é uma rua que, apesar de tudo, não nos parece que seja considerada privada.

Já pedimos o apoio da Câmara Municipal por várias vezes, e a Câmara Municipal não nos dá nenhuma solução, não coopera, não nos atende, pura e simplesmente não responde. E daí que esteja aqui a pedir que, pelo menos, nos ajudem a resolver um problema de infiltrações grave, e que pode pôr em perigo aquelas habitações.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Obrigado. Tem razão, tinha pedido primeiro.

Alfredo Caetano (Elemento do público): Boa noite a todos. Sejam bem vindos, desejando desde já as maiores felicidades, e boas festas.

Fazia uma sugestão a esta Assembleia. Antes de o fazer, não me identifiquei. Sou conhecido bem suficientemente, mas de qualquer das maneiras, sou Alfredo Caetano, durante muitos e muitos anos autarca, quer em Santa Maria de Belém, quer em S. Francisco Xavier, extinta. Sempre vivi os problemas da nossa zona, independentemente das cores políticas. Portanto, desejo para vocês as maiores felicidades.

Fazia, então, a tal sugestão: sempre foi tradição, e penso que é norma habitual dos trabalhos na Assembleia, ser feita a intervenção do público no fim dos trabalhos da Mesa. Penso que deve ser esse o princípio utilizado. É uma sugestão.

Quanto aos problemas da nossa zona, já falei nisso e volto a repetir (não é demais), porque ao longo destes anos todos, infelizmente, os acidentes na Avenida Ilha da Madeira, e em frente ao campo do Belenenses, do Estado Maior, até lá abaixo às bombas de gasolina, têm sido imensos; e lamentavelmente, os responsáveis, sejam eles quem forem, nunca fizeram, nunca resolveram o problema. Muitos acidentes.

Só tem uma solução, e que o Sr. Carvalhosa já fez favor de dizer que estão previstas as lombas. Não chega; é preciso, pelo menos no entroncamento, ou seja, na nossa loja, lá em cima, da Rua Mem Rodrigues, à Alda Nogueira e à Ilha da Madeira, com altas velocidades, só, de facto, uns semáforos ali é que podem resolver o problema. Da mesma maneira, junto ao Estado Maior, não vejo outra solução. As lombas também serão bem vindas, para os automobilistas menos cautelosos, que, realmente, será a única maneira de os travar, porque uma rotunda lá em cima, que vem das Torres, as pessoas que vêm das Torres desrespeitam completamente a maior parte das outras pessoas que vêm lá da

escola, e passam em alta velocidade. Portanto, o trânsito da Ilha da Madeira, é urgente que, de facto, seja revisto de uma vez por todas e nas devidas condições.

Aproveito a oportunidade, às pessoas que estão aqui, responsáveis, e que estão ligadas, portanto, ao Governo e à Câmara, para pôr um problema que me diz diretamente respeito, mas não estou mandatado, e a nossa Associação ainda não o fez, ou as nossas Associações ainda não o fizeram; é um problema gravíssimo, que é a ocupação da via pública por parte dos pequenos e médios comerciantes, quer em Belém, quer na Ajuda, quer no Restelo, quer noutros sítios. Portanto, é gravíssima a situação, nós estarmos devidamente licenciados – eu posso prová-lo – estou devidamente licenciado, e todas as licenças, e de novembro para cá, portanto, mandaram a carta, não mandaram a fatura habitual que costumamos pagar, da ocupação da via pública legal, licenciada, repito, e respondi corretamente à carta que me foi mandada; foi-me indeferido o meu pedido, alegando diferenças, mas que isso está de acordo com aquilo que me foi permitido, que tenho pago. Portanto, é natural que tenham surgido mais colegas nossos, com certeza que está a começar agora. Eu pedia a vossa atenção, compreensão e ajuda, no sentido de que estes problemas venham a ser considerados da melhor maneira possível.

E portanto, creio que, neste momento, está tudo, desejando mais uma vez as maiores felicidades para todos, e boas festas para todos.

Obrigado pela vossa atenção.

Presidente da Mesa: Obrigado. Faça favor.

Álvaro Santos (Elemento do público): Muito boa noite. Álvaro da Costa Santos.

Primeiramente, quero congratular-me com a passagem nova do Executivo, com alguns elementos novos. Dar os meus parabéns ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, aos Srs. Membros da Freguesia de Belém. Espero que façam um bom trabalho. Ao Executivo, a maioria dos elementos, penso que está em atividade, que este mandato seja todo executado conforme a proposta eleitoral apresentada por vós.

Por outro lado, eu tinha aqui dois ou três pontinhos para apresentar. Gostaria de saber (porque está, em princípio, falado) o que se passa com o Teatro Camões.

O que se irá passar com o Aquaparque, que penso que está ali abandonado, o que é que aquilo... o que se pensa que poderá ser feito, porque ao longo dos anos têm sido dadas algumas dicas, e aquilo está a ser tudo degradado, com os eventos que andam lá a fazer.

Outra situação: gostaria de saber como é que está a situação do jardim da Praça Afonso de Albuquerque. Ainda há pouco tempo foi falado numa reunião do Executivo; não sei quais foram as *démarches* que o Executivo fez perante a Câmara Municipal, para saber o que se está a passar.

Por outro lado, o que é que está a ser informado sobre a passagem dos peões e dos deficientes para o outro lado do rio. É uma coisa que tem sido falada, há mais de quatro anos que eu ando a levantar este problema, e continuamos a ver a vergonha de que não há uma passagem para o outro lado do rio. Têm que ir a Algés, ou têm que ir a Pedrouços. Isto é uma coisa de que se tem falado muito, e não se tem visto nada para que seja resolvido aquele problema. Aquilo, de facto, é uma vergonha, os estrangeiros virem aqui e não sabem por onde é que hão de passar com uma cadeira de rodas, elétrica ou não elétrica, ou das crianças.

Por outro lado, isto é uma recomendação: eu li o jornal da Junta, e trouxe-me à atenção que tinha sido emitido de outubro, novembro e dezembro. E fui reparar aqui, algumas das coisas que eu gosto – gosto de estar inteirado do que a freguesia faz, bem ou mal – e reparei aqui que estão informações que já foram feitas há um mês e tal. Eu gostava de estar presente, e acabei por ver aquilo que foi feito, e não pude estar presente. Conforme estas coisas, esta do “Belém no Portugal Maior”, as crianças fizeram teatro, e não sei quê, eu gostava de ver isto, mas gosto de ver antes de ser executado.

E tinha aqui uma outra informação. Isto é uma recomendação, agora é uma crítica, que normalmente é em colaboração com o trabalho da Junta, embora não aceitem muito bem isso. Por outro lado, li aqui, os Componentes de Apoio Familiar, Atividades de Enriquecimento Curricular, e vi aqui em baixo a Escola EB1 do Restelo. Bem, há uma quantidade de assuntos que estão aqui. Eu não sei onde é que elas são, não sei onde é que é a Escola não sei quantos. Podia-se pôr cá onde é que isto é, para que as pessoas soubessem. As pessoas não sabem, como eu não sei. Eu estou a falar nesta. O Jardim de Infância de Pedrouços, também não sei onde é que é o Jardim de Infância de Pedrouços.

E portanto, isto são duas coisas que queria registar, porque isto é um Boletim Informativo. Se é um Boletim Informativo, é para, de facto, nós estarmos informados.

Perante isto, dizer aqui uma outra situação: quero dar os parabéns – isto não é tudo mau, também há coisas boas – do Passeio dos Seniores que foi executado este ano. Eu não fiz o Praia Campo, mas de qualquer das maneiras, sei que foi uma coisa que foi muito bem conduzida através da Junta de Freguesia. Este Passeio dos Seniores também foi muito bem conduzido.

Portanto, quero desejar um bom trabalho, que isto é um trabalho que se prontificam a fazer, para bem dos fregueses, e desejar um bom ano, e umas boas festas, para vós e para as vossas famílias.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Não havendo mais inscrições, e antes de entrarmos no próximo ponto da ordem de trabalhos, justifica-se, obviamente, tendo sido colocadas questões concretas

por parte do público, que o Presidente da Junta de Freguesia, ou algum outro membro do Executivo, possa dar as respostas às questões que foram colocadas.

Presidente do Executivo: Boa noite, Sr. Presidente, membros da Mesa, colegas, membros da Assembleia de Freguesia, Srs. Residentes da nossa freguesia aqui presentes, público em geral:

É para mim uma grande satisfação ver uma sala cheia; demonstra que há muita gente ainda interessada naquilo que é o caminho para que a nossa freguesia vá melhorando cada vez mais, e através de propostas de cada um, interessadas, e é, realmente, bastante salutar uma pessoa poder constatar isso na prática. E para nós, que estamos no dia a dia na Junta, a servirmos a população, é muito interessante e é estimulante, realmente, vermos que há sempre gente muito interessada, e que nos ajuda com as suas propostas e as suas críticas. Pronto.

E vamos começar, então, a responder à primeira senhora, Isabel Lopes da Silva, que falou na questão do posto dos CTT. O posto dos CTT, já tínhamos dado uma resposta sobre isso, mas vou voltar a informar o que se passou. Aliás, até saiu no último Boletim de Informação. Nós todos fomos confrontados com o fecho do posto, sem termos sido previamente consultados. Não, não fomos consultados. Quando fomos postos ao corrente da situação, o posto estava encerrado.

De imediato, de imediato, mexemo-nos, aliás, mais cedo do que o próprio Presidente da Câmara de Lisboa, que a comunicação dele veio só *a posteriori* também, mas também tentámos articular posições com a Câmara, e de uma forma articulada, portanto, dar-lhes informações responsáveis. ??? a Diretora, aliás, e mais outros responsáveis, e tivemos uma reunião com eles. E mais tarde, ainda tivemos uma reunião com o próprio Presidente dos CTT, Dr. Francisco Lacerda.

No meio disto tudo, o que se passou foi o seguinte: no âmbito da reorganização dos CTT, como toda a gente sabe, houve vários postos fechados por todo o país, situações, em alguns casos, aliás, bastante críticas. Aqui, nós, no nosso caso, desta freguesia, aliás, das duas freguesias, no conjunto das duas, havia três postos; neste momento, passa a haver só dois: um aqui no Restelo e outro em Belém. Havia o do Bom Sucesso, que foi fechado. E esse do Bom Sucesso, no entendimento dos CTT, era um daqueles que devia fechar, porque estava a mil e seiscentos metros do de Algés, mil e quatrocentos do de Belém, mil e oitocentos do Restelo, e portanto, tendo em conta outras situações, era uma situação em que eles também tinham indicações de que não tinha movimento que justificasse estar aberto, para usar a expressão dos Correios. Nós, pelo contrário, dissemos que era muito importante, numa zona, ainda por cima, antiga da freguesia, com muitos reformados, muitas pessoas com dificuldade de locomoção, mas a situação estava praticamente resolvida – aliás, já estavam entregues as instalações por parte dos CTT.

O que nós conseguimos negociar ainda, e que já anunciámos isso uma vez, numa informação no Boletim, foi o seguinte: que nalguns casos socialmente mais delicados, de que nós tínhamos conhecimento, podemos habituar-nos a avisar os

CTT, e eles, por exemplo, vão de uma forma gratuita a casa de certas pessoas entregar-lhes as reformas e fazer alguns serviços sem cobrar nada. São situações de pessoas que têm dificuldade em deslocar-se. Noutros casos, eles têm serviço, para outras pessoas que tenham uma situação económica melhor, e farão esse serviço, não de uma forma gratuita, mas mediante o pagamento de uma verba, que eles têm um serviço para esse efeito. Portanto, isso para aquelas pessoas que estavam habituadas a ir a este posto, e que deixaram de poder ir. Todas as outras, têm que ir a Belém, ou têm que ir a Algés.

Portanto, da nossa parte, protestámos, em conjunto com a Câmara, e portanto, nem mais nem menos do que nos outros locais. A situação é esta. Pelo menos conseguimos ter esta hipótese da parte dos CTT: para alguns casos mais delicados, os CTT poderem facilitar e fazer esse circuito gratuito a casa de algumas dessas pessoas. Não há nenhuma situação dessas, mas estamos abertos, alguém que saiba de alguma situação, fale connosco, porque essa possibilidade é real.

Quanto ao Sr. José Mota Pereira, muito obrigado pelas boas festas que manifestou.

Posso-lhe dizer, quanto ao rebaixamento dos passeios, é, realmente, uma das nossas intenções resolver também nesta parte da freguesia, aquilo que já fizemos em praticamente toda a Freguesia de Santa Maria de Belém, que estão praticamente rebaixados todos os passeios. É um investimento caro, não foi barato, mas fizemos isso, entre os dois mandatos, tendo em conta a passagem para deficientes, carrinhos de bebés, enfim, por aí fora. Vamos tentar fazer esse tipo de trabalhos de uma forma gradual também, onde falte, nomeadamente, neste caso, é mais na antiga Freguesia de S. Francisco Xavier, nomeadamente, por exemplo, na Tristão Vaz, mas tentar, pelo menos, aquela situação das passeadeiras sobrelevadas. E isso, portanto, ainda não começámos a fazer já este tipo de trabalho, porque estamos a articular posições e, em limite, indicar locais para este tipo de trabalho.

Agora, lá em baixo, realmente, foi uma das coisas de que nos orgulhamos, porque, realmente, acho que a freguesia, pelo menos de Santa Maria de Belém, é a única que está completamente, completamente com os passeios rebaixados.

Sr. João Sousa, condições de estacionamento na USF não são as melhores. Bem, a USF fica na Rua Fernão Mendes Pinto, na Rua dos Cordoeiros, nas traseiras. Realmente, a Rua dos Cordoeiros é das piores ruas da cidade. Aliás, há um compromisso do Sr. Presidente da Câmara, que ele na campanha eleitoral esteve lá, e garantiu que ia começar, finalmente, a arranjar essa rua. Temos pressionado muito. Como sabem, é uma competência da Câmara, não é uma competência da Junta de Freguesia, o piso da estrada e das vias. Há uma garantia do Sr. Presidente da Câmara, que eu acredito que se vá concretizar em breve, na Rua dos Cordoeiros.

Agora, a Rua Fernão Mendes Pinto, é uma via boa, larga. Eu vou várias vezes à Unidade de Saúde Familiar, pelo menos todas as semanas passo por lá, não

tenho nenhuma dificuldade em estacionar. Não sei. Aliás, é dos sítios mais fáceis de estacionar aqui na freguesia. Mas, posso dizer também, nesta altura, que havia ali um problema de sentidos de circulação dos carros, que há muito tempo, na nossa intervenção, tinha sido proposta ali uma alteração, em frente ao Skate, porque ali é uma zona que é muito complicada, e conseguimos, finalmente, que a Câmara, no outro dia, há coisa de uma semana e tal, tivesse lá ido fazer esse trabalho que nós tínhamos proposto, que era circular à volta do Skate, que está lá, e facilitar, realmente, a circulação dos veículos naquela zona. Acho que é uma medida significativa para esse sítio.

Agora, estacionamento, não vejo no estacionamento dificuldade nenhuma, muito sinceramente. Mais, acabámos agora também de colocar a sinalética toda em frente à USF, até para as ambulâncias, para cargas e descargas, para bicicletas, tudo. Portanto, o estacionamento também da USF, também já foi posto, foi tudo devidamente sinalizado. Se há sítios na freguesia em que não é difícil estacionar é naquele sítio. Mas, pronto.

Sra. D. Isabel Rodrigues, Rua Gonçalo Nunes, cobertura das garagens. Sim, senhora, conheço este problema, já lá estive, já lá estive quando recebi a vossa comunicação. Eu gosto de também ir ver ao local, de forma anónima, ver o que se passa. Já estive a ver o que se passa. É uma situação que eu tenho para ver com a EPUL. Como sabem, a EPUL vai ser extinta amanhã de manhã. Vai ser extinta amanhã de manhã, mas passa tudo para a Câmara. De qualquer forma, estive a ver, passei por essa rua, passei por essa rua, estive a ver aquilo e, de facto, está muito degradado, aquilo encharca as garagens. É uma situação chata. Noutros sítios também, mas pronto, aqui é conhecido mais, neste momento. E vamos tentar ver, obviamente com a Câmara, o que é que se passa com isso, para que, realmente, não fiquem mais prejudicados, ver o que é que se pode fazer para se retificar o que ficou mal feito.

Sr. Alfredo Caetano, também felicidades para si, muito obrigado pelas suas boas festas também, e felicidades. É uma pessoa que já conhecemos há muito tempo, já foi dos nossos Executivos também.

Acidentes na Avenida Ilha da Madeira: de facto, temos tido várias reclamações, vários alertas para a situação difícil que é atravessar a Avenida Ilha da Madeira, que os carros vêm a grande velocidade. E, de facto, existe lá uma sinalética que não é muito eficiente, de facto. É uma das coisas que nós temos para ver com a Câmara. Como sabem, isso também é competência da Câmara. Mas, há uma coisa que quero que fique bem frisada: quando digo que é competência da Câmara, não estou a tentar “sacudir a água do capote”; para mim, isto também são problemas nossos. Há três coisas: temos as nossas competências próprias (e agora acrescidas), temos as competências delegadas pela Câmara, e tudo o resto que existe, que não é de ninguém, nós temos a ver com isso. Basta que se passe aqui na nossa área. Esta é a nossa maneira de ver as coisas.

Portanto, aqui neste caso, vamos ver o que é que se passa, quer com semáforos, ou com lombas, ou simultaneamente, ou passadeiras sobrelevadas. Enfim, acho

que, realmente, justifica uma intervenção qualquer ali. Tem que se ver com os técnicos, para ver o que é que se passa com isso.

Ocupação da via pública: pois, de facto, temos tido algum conhecimento de algumas situações. Aliás, também já tinha tido conhecimento de si, diretamente, sobre esta matéria.

Neste momento, o que se passa é o seguinte: como vai haver mudança de competências da Câmara para a Junta, a Câmara andou a fazer agora, portanto, a acertar um apontamento final, com todas as situações que tinha, e está a fazer as cobranças finais, para ficar tudo certinho, para depois nos passar a pasta para nós, que a Junta vai ficar com grande parte dessas taxas de ocupação de via pública, e com essa responsabilidade. Neste momento, há várias pessoas a queixar-se, porque acho que tem havido muito pouca flexibilidade. Existe um Regulamento Municipal; esse Regulamento Municipal define certo tipo de quiosques, por exemplo; esses quiosques não podem ter mais de uma porta, uma porta à esquerda, ou... e se não estava previsto desde o início, isso é logo uma dificuldade para os fiscais da Câmara. E tenho conhecimento de algumas situações em que o próprio comerciante diz mesmo: “Eu pago essa diferença.” Mas, dizem: “Não, não é possível, porque isso não está previsto.” São aqueles célebres quiosques, que estão de costas para a via pública, para se pôr publicidade. E eu conheço alguns casos específicos aqui, que já me falaram sobre isso, e há um melhor serviço que eles prestam à população. Conheço um caso que tem duas portinholas, uma de um lado e outra do outro, para proteger da chuva, e tem um pequeno alpendre que puseram, entretanto, e foram obrigados a tirar isso tudo, porque os fiscais da Câmara não tiveram qualquer flexibilidade em entender as pretensões desses comerciantes. Mesmo pagando, porque não está previsto no regulamento.

Portanto, é uma coisa que temos que ver. Já alertei o Arq.º Sá Machado, que é o Diretor da Unidade de Intervenção Territorial da Câmara de Lisboa, também para essa matéria, para vermos o que é que podemos fazer, porque nós estamos aqui, realmente, para apoiar, que isto é tudo tão difícil, e a ver se se consegue, sem infringir a Lei, se conseguisse ser um bocadinho mais flexível, atendendo à situação das pessoas que estão a trabalhar.

Quanto ao Sr. Álvaro Santos, o antigo Teatro Camões – não é o Teatro Camões, que o Teatro Camões é o da Expo; este é o antigo Teatro Camões, na Calçada da Ajuda – será em breve, esperemos, que está o financiamento há muito tempo assegurado, com condições muito vantajosas, para se iniciar muito em breve as obras. Em contrapartida, para começar as obras, tinham que arranjar uma instalação para o Belém Clube, que já arranjam, na zona do Altinho, um prédio ótimo, um projeto magnífico, com um auditório enorme, vão ficar com umas condições muito boas, para a atividade do Belém Clube. Está tudo a ser ultimado. Já devia ter começado, com certeza que já devia ter começado...

Álvaro Santos (Elemento do público): Sr. Presidente, se me dá licença, eu sei que não pode haver diálogo, mas eu estou a falar no Teatro Camões, na Rua da Junqueira, n.º 373.

Presidente do Executivo: Sim, sim, Calçada da Ajuda.

Álvaro Santos (Elemento do público): Não, não. Rua da Junqueira.

Presidente do Executivo: Não está a falar do antigo Teatro Camões; está a falar daquela coletividade...

Álvaro Santos (Elemento do público): Teatro Camões, n.º 373, se não estou em erro, Rua da Junqueira, ao pé da Travessa dos Algarves.

Presidente do Executivo: Ao pé da Travessa dos Algarves? Então, se calhar, o sítio onde está a ser construído... O Teatro Camões, nesse sítio, desculpe lá. O Teatro Camões que eu conheço é na Calçada da Ajuda.

Álvaro Santos (Elemento do público): Sr. Presidente, o Teatro Camões existiu onde foi desocupado, uma firma...

Presidente do Executivo: Uma firma de portas, é essa. Salvo erro, aí nesse sítio é onde vai ser construído o Belém Clube, ou a sede do Belém Clube. Eu não sabia que aí tinha sido o Teatro Camões. Este teatro já é muito antigo, e sempre foi ali. Se calhar foi o anterior. Mas, não temos registo disso. Se tiver, faça-nos chegar. O registo que eu tenho é que o Teatro Camões é aquele na Calçada da Ajuda, e que é muito bonito. Vai ser o Teatro da Zona Ocidental de Lisboa, e vai ser todo recuperado. Há financiamento para esse efeito, e portanto, penso que dentro de dois anos, no máximo, deve estar pronto. Nem tanto.

O Aquaparque: como sabem, há várias propostas, depois daquela desgraça que houve aqui há uns anos no Aquaparque. Nós temos uma proposta, a Câmara também tem outras; penso que se vai chegar a um consenso para se reformar aquele espaço, um espaço agradável e à disposição da população de Lisboa, no futuro. Uma zona de lazer, nós gostaríamos que fosse uma espécie de Parque das Descobertas, enfim, equipamentos, que as pessoas lá pudessem ir em segurança, passear, aquilo estar vedado. Esperemos que sim. ??? e é uma hipótese forte.

A Praça Afonso de Albuquerque: posso-lhes dizer que a Praça Afonso de Albuquerque é um dos três locais que vai ficar com a Câmara. Portanto, a Câmara de Lisboa vai ficar responsável (tem concertado connosco) de alguns locais, que vão ser a Praça Afonso de Albuquerque, a Praça do Império e o Jardim da Torre de Belém. O Jardim Vasco da Gama fica da Junta, já tenho essa informação, aqui em frente.

De qualquer forma, na Praça Afonso de Albuquerque, estão a fazer obras, neste momento, a Câmara, há imenso tempo. Aquilo está aparentemente parado há uma série de tempo, mas a Câmara tem estado ali a fazer obras. Devagarinho, mas vai fazendo.

A passagem para o rio, tenho aqui boas notícias também. Tenho aqui boas notícias e frescas: ainda ontem tive possibilidade, com o Sr. Secretário de Estado, Sérgio Monteiro, que é o Secretário de Estado dos Transportes, de me ter dito que está a ser encarada a hipótese – e já me tinha falado nisso há uns tempos – de fazer algo, que já se fez em Espinho, entrar na via férrea. Agora, estão a ver se será melhor meter um pouco antes do CCB até à Cordoaria. Nesse caso, a parte toda à volta da Praça do Império até ????. É um investimento grande, trinta e cinco a quarenta milhões de euros, mas está a ser encarada essa hipótese.

De qualquer forma, para já, para já, a passagem para o rio é uma vergonha; ainda não há, temos pugnado imenso por isso. Quando o Museu dos Coches estiver pronto, vai haver esse elevador para o outro lado. Até lá, temos estado a trabalhar. Havia uma proposta que, entretanto, penso que já foi ultrapassada por uma outra, que era um elevador aqui no CCB, que descia de um lado e subia do outro, simples, tipo monta-cargas, que dava para as pessoas com deficiência ou carrinhos de bebé poderem passar. E entretanto, falaram-me numa outra situação agora, que dava para fazer, uma que é mais simples e que não implicava fazer o elevador, que era fazer uma rampa muito comprida, do lado esquerdo, naquela zona, que conseguia-se... e do outro lado a mesma coisa. E sei que, na Câmara, estava-se, neste momento, a analisar essa hipótese. Por acaso, nunca tinha pensado, mas é capaz de ser uma boa solução porque, como sabem, há regras, percentagem de elevação, e acho que ali havia condições para se fazer isso. Os técnicos estão a fazer. Também não é uma coisa que nos diga diretamente respeito a nós, mas estamos em cima disso, porque é muito importante. Ainda no outro dia passei por uma vergonha: estava a andar de bicicleta, e vejo um senhor estrangeiro com uma senhora de cadeirinha de rodas – a mulher, com certeza – e a dizer como é que se passava para o lado de lá, ao pé do CCB. Bom, e eu tive que dizer: “Ou apanha um táxi, ou vai até Algés, e passa por baixo, e vai para o lado de lá.” É chato.

Bem, quanto ao Boletim, informações. Bom, vamos lá ver: o Boletim, este Boletim saiu um bocadinho mais tarde do que o que nós gostaríamos. Mas, como foi o primeiro, e temos tido outras prioridades – que não tem sido fácil este processo de fusão, tem-nos dado muito trabalho – às vezes, o Boletim tem duas vertentes: é para nos dar informação do que se vai fazer, e nalguns casos, do que se fez. Portanto, às vezes, há pessoas que, enfim, só reparam depois de já estar feito. Pode haver, como é evidente, a qualquer coisa que se faz, críticas, e aceitamos as críticas, e isso é bom, até para tentarmos ir melhorando. O que é certo é que informações repetidas, não tenho noção disso. Às vezes, pode é acontecer algo deste tipo: diz-se o que é que se ia fazer, e agora o que foi feito. Pronto.

Quanto aos CAF e AEC, escolas não estão numeradas. Bom, as escolas, vamos lá ver... pronto, tudo bem. As escolas aqui na freguesia, se calhar, partimos de um princípio de que as pessoas sabem onde é que são as escolas. A do Restelo é a da Praça de Goa; depois, há outra lá em cima nos Moinhos, aqui em cima, depois há a de Caselas. Pronto. E, de facto, depois há outras, a Escola Secundária, e outras, privadas, mas também não são assim tantas que as pessoas não possam saber, partindo do princípio que as pessoas sabem onde é

que elas estão, mas pronto. É uma recomendação, que nós passaremos a quem de direito.

O Praia Campo Sénior, um bom trabalho, obrigado. É para nós sempre um privilégio ver quando as pessoas ficam contentes com iniciativas que nós levamos a cabo, porque é sinal que valeu a pena o esforço. Muito obrigado.

Penso que respondi a tudo o que foi perguntado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

O Regimento não define, não vem no Regimento, e portanto, não vem previsto que as intervenções do público sejam no início ou no fim. Pareceu à Mesa mais prudente, para evitar que o público acabasse por falar a uma hora muito tardia, que as intervenções do público fossem feitas no início.

Eu não sei se, neste ponto de informações, se algum Grupo Parlamentar pretende dar alguma informação, colocar alguma questão.

Temos uma proposta do Partido Comunista Português. Mas, não sei se há algum pedido de intervenção neste ponto de informações.

Hélder Correia (CDS-PP): Muito boa noite.

É só para dar nota de uma situação que já foi, aliás, dada à Mesa. Eu sou Hélder Santos Correia, e sou membro aqui da Mesa, do CDS-PP. E a nota dada à Mesa, que já falei com o Manuel há pouco, e também com o Luís, e também com o Dr. Ribeiro Rosa, que se prende com o facto muito simples de não ter ainda recebido – porque quando saí de casa fui ao correio e ainda não tinha recebido a documentação que ia ser objeto hoje aqui de discussão da reunião.

E por esse motivo, a minha proposta é que o mais antecipadamente possível seja disponibilizada aos membros da Assembleia a informação. Aquela situação ontem da documentação, de facto, antes de vir para cá, não estava no meu correio, ainda que tenha sido em correio azul, e portanto, é uma situação que é estranha, e que extravasa as competências da Junta. É isto que estou a dizer, não estou a acusar de nada; apenas estou a dizer que se antecipe o máximo, e se possível, se possível for, que se procure enviar a documentação com o espaço mínimo de uma semana. É só isto, de resto também para evitar que haja este tipo de problemas.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Está registado, e obviamente pretende-se que toda a informação seja remetida por antecipação a todos os membros da Assembleia.

Tinha aqui mais um pedido de intervenção.

Ana Coelho (PS): Boa noite. O meu nome é Ana Varela Coelho, eu sou membro da Bancada do PS, e vinha trazer dois assuntos, que me parece de grande importância serem discutidos.

Um tem a ver com a questão da segurança. Nas últimas semanas, têm ocorrido vários assaltos, nomeadamente a residências, num número significativo de casos com a presença dos próprios residentes nas suas habitações. Além disto, ocorreram assaltos à mão armada, em estabelecimentos comerciais, nomeadamente no Bairro de Caselas, e aqui na Estação dos CTT, junto aqui à Junta de Freguesia.

Portanto, estas situações têm que ser monitorizadas, têm que se tomar medidas para que não ocorram. Claro que deve ser feito com a colaboração da polícia. Portanto, relativamente à Estação dos CTT, houve, creio, um reforço policial para os dias do final do mês, que creio que era quando aconteciam mais assaltos. Mas, de resto, creio que não houve nenhum reforço do policiamento, nem nenhuma outras medidas foram tomadas.

E portanto, o Grupo do PS propõe que seja criado um grupo de trabalho para acompanhar este tipo de situações que se têm verificado com bastante frequência.

Uma outra questão tem a ver com as reuniões públicas da Junta, portanto, assistidas, que creio que passaram a decorrer na última quinta-feira de cada mês. Não sei se se confirma, ou não. Na última terça-feira de cada mês? Ok. Portanto, é bom que seja conhecido dos cidadãos da freguesia, dos fregueses, dos moradores. E esta publicidade, convém que seja regular; ter início num horário estabelecido, e com alguma pontualidade. Portanto, deve decorrer num espaço adequado para o efeito, ou seja, num espaço que permita, efetivamente, o público estar presente, como é o caso hoje aqui nesta sala. Nessa reunião pública, presumo eu que seja feita uma ata, e essa ata deve ser divulgada. Temos meios muito fáceis de divulgação hoje em dia, através dos *sites web*, embora haja pessoas que tenham dificuldade em utilizar essas novas tecnologias. Portanto, deve ser também divulgado noutros espaços, nomeadamente nos espaços onde são divulgados os avisos, normalmente, pela Junta, e deve ser facultada a todos os membros da Assembleia de Freguesia essa mesma ata.

Portanto, são estes dois pontos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Antes de dar a palavra a outros membros da Assembleia, uma vez que foi recomendada a criação de um grupo de trabalho, na eventualidade de esse grupo de trabalho ser constituído no âmbito da Assembleia de Freguesia e não da Junta de Freguesia, eu pedia para que fosse feita uma proposta, e eu, no final deste ponto, poderia colocar à votação.

Eu penso que tinha pedido também a palavra.

Maria Teresa Almeida (PS): Boa noite. Cumprimentar todos. O meu nome é Maria Teresa Almeida, sou aqui da Bancada do Partido Socialista, e queria apresentar uma recomendação. Eu não vou ler exaustivamente, mas depois entregarei o documento à Mesa.

Considerando ser agregado este território da Freguesia de Belém, havendo esta particularidade de aqui estarem concentrados os monumentos nacionais de grande relevância, ligados aos descobrimentos marítimos e também, enfim, à Presidência da República, que a dinamização económica da freguesia, em que o turismo é das principais componentes, e sendo fundamental para assegurar muitos dos postos de trabalho existentes nos diversos estabelecimentos, quer de restauração, quer de venda e promoção de produtos vários, e que se encontram em crise devido à situação que se verifica no país, pretende-se também que a valorização e promoção dos equipamentos culturais seja uma das marcas mais fortes do território de freguesia. Aliás, transcrevi esta parte final do próprio reconhecimento que a Junta faz nos documentos que nos apresenta hoje para votação.

E portanto, proponho que seja aprovado nesta Assembleia de Freguesia, reunida a 19 de dezembro, a seguinte recomendação ao Governo:

“Que seja dada prioridade à conclusão das obras do novo Museu dos Coches, dado que já se encontra executado o investimento mais avultado na sua construção, que importa em trinta e cinco milhões de euros, e que seja ponderado, nesse contexto, a perda que constitui evitar a degradação da atual construção, sabendo-se que até já existe ocupação de parte do edifício para albergar os arquivos, que entretanto já foram transferidos.”

Portanto, era esta a recomendação que eu gostaria que fosse dada.

Presidente da Mesa: No final deste ponto, passaríamos à votação, seja recomendação, seja outro tipo que me fizerem chegar sobre esta ou outras matérias.

Fernanda Santos (PS): Muito boa noite. O meu nome é Fernanda Santos, também pertenço aqui ao Grupo do PS.

E gostaria só de deixar também uma nota de atenção para com este Executivo em relação à Escola Secundária do Restelo. Reconhecendo o bom trabalho que é feito com a Paula Vicente, com a dinamização dos clubes, era muito importante que também pudesse haver, da parte do Executivo (e se calhar de todos nós) uma especial atenção para esta escola, que considero que está um bocadinho perdida na sua comunidade. Ou seja, talvez fosse interessante desenvolver algumas iniciativas que pudessem envolver mais esta escola dentro da sua comunidade, que parece que está um bocadinho fechada dentro de si. É uma escola que tem alguns problemas, algumas deficiências, e que, portanto, embora dentro das competências próprias do Ministério da Educação e da Direção Regional da Educação, talvez este Executivo pudesse desenvolver alguma atividade, ou puxar um bocadinho mais por esta escola, para dentro da sua

própria comunidade. É uma escola que tem uma carência de atividades, de projetos, de iniciativas, e portanto, aqueles jovens, que certamente têm muitas outras oportunidades fora do contexto escolar, o que é verdade é que se não tiverem fora do contexto escolar, dentro do contexto escolar também não têm essas oportunidades. E portanto, com esforço, pode ser que se consiga, tal como o exemplo de outras escolas – e agora que estão todas dentro do agrupamento – se possa também desenvolver um pouco mais de iniciativas dentro desta escola.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Não tenho mais nenhum pedido de intervenção. E antes de analisarmos os outros temas que entretanto foram apresentados, eu pedia ao PCP para fazer a apresentação de uma moção, à qual julgo que iremos todos nos poder associar.

Isabel Lourenço (PCP): Boa noite a todos. Isabel Lourenço.

A proposta de moção do PCP é relativamente ao falecimento do Sr. Nelson Mandela, e seria nos seguintes termos:

“A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida a 19 de dezembro de 2013, vem por este meio expressar as suas condolências e pêsames à família, e a todo o povo da África do Sul, pelo falecimento de Nelson Mandela.

Nelson Mandela será sempre um ícone da liberdade, da justiça e da soberania dos povos, que durante anos lutou, juntamente com muitos outros ativistas, contra a suprema injustiça do apartheid, por um mundo mais justo e solidário.

O sonho de Nelson Mandela, de desenvolvimento harmonioso do planeta, continuará presente nas gerações futuras, e nas ações para a defesa desse sonho.

A Assembleia de Freguesia de Belém dedica um minuto de silêncio em homenagem a Nelson Mandela.”

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Eu sugeria que que organizássemos os nossos trabalhos, neste ponto, da seguinte forma: que os Grupos Parlamentares, que os Grupos da Assembleia se possam pronunciar sobre cada uma destas propostas. Existem três propostas na Mesa. Julgo que é importante – houve uma leitura, mas que sejam distribuídas estas propostas. Eu sugeria que começássemos por esta proposta feita pelo Grupo do PCP, e que sendo aprovada, se possa dar sequência a esta deliberação, e que depois se avance para a recomendação que o Partido Socialista fez sobre os investimentos aqui na área de Belém, designadamente o Museu dos Coches, etc.; e depois, a terceira, sobre o grupo de trabalho para a segurança. E pedia, na eventualidade da recomendação ser sobre esta

Assembleia, que fosse formalizada a constituição desse grupo de trabalho, para podermos sobre isso deliberar.

Sobre a proposta do PCP, não sei se algum Grupo pretende pedir a palavra, ou associar-se.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Boa noite a todos. Gonçalo Silvério Marques.

Nós estamos perfeitamente de acordo com a moção. E aproveitamos já, relativamente à moção do Partido Socialista, também...

Presidente da Mesa: Podemos passar à votação desta proposta do PCP. Não sei se há mais algum pedido de intervenção sobre este ponto.

Júlio Calha (PS): Muito boa noite.

Sobre esta moção, é muito simples. Às vezes, havia a utilização de uma frase que o antigo líder do meu Partido costumava utilizar, e que dizia assim: ????. Digamos, eu não vou aplicar isto aqui, mas, naturalmente, é com muito sentido de solidariedade com a forma como está apresentada que estamos de acordo, e que obviamente iremos apoiar.

Presidente da Mesa: Parece evidente que todos se associam a esta proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

E vamos proceder, de imediato, a um minuto de silêncio em homenagem a Nelson Mandela.

Relativamente à recomendação do Partido Socialista, uma vez que não foi distribuída, vou ler novamente, para que os Grupos Parlamentares possam fazer a sua respetiva avaliação:

“A Freguesia de Belém, território singular, congrega um valioso património histórico, uma relação franca e aberta com o Rio Tejo, amplos espaços verdes e edifícios de âmbito cultural que lhe conferem uma capacidade invulgar para assegurar qualidade de vida aos seus residentes e um excelente acolhimento aos inúmeros visitantes que diariamente aqui acorrem.

Uma das particularidades desta freguesia é a concentração dos monumentos e espaços públicos dedicados aos Descobrimentos Marítimos, alguns dos mais importantes museus e palácios, onde se destacam o Mosteiro dos Jerónimos, o Museu dos Coches e a Torre de Belém, para além de acolher a Presidência da República, no Palácio de Belém.

A dinamização económica da freguesia, em que o turismo é uma das principais componentes desta atividade, é fundamental para assegurar muitos dos postos de trabalho existentes nos diversos estabelecimentos, quer de restauração, quer de venda e promoção de produtos vários, e que se encontram em crise devido à forte recessão que se vive no país.

A valorização e promoção dos equipamentos culturais deverá constituir uma das marcas mais fortes do território da freguesia.

A Assembleia de Freguesia de Belém, reunida a 19 de dezembro, aprova a seguinte recomendação ao Governo:

Que seja dada prioridade à conclusão das obras do novo Museu dos Coches, dado que já se encontra executado o investimento mais avultado na sua construção (trinta e cinco milhões de euros).

Em segundo lugar, que seja ponderado, nesse contexto, a perda que constitui evitar a degradação da atual construção, sabendo-se que até já existe ocupação de parte do edifício para albergar os arquivos, que entretanto foram transferidos.”

Esta proposta já tinha sido lida pelo proponente, mas não tinha sido distribuída. Fazia sentido voltar a lê-la. Claro que os Grupos Parlamentares têm agora a oportunidade, sobre esta proposta, de se poderem pronunciar. Antes de colocar à votação, não sei se há algum membro que queira...

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Da nossa parte, também concordamos perfeitamente com a proposta, e é bem vinda.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Não há mais nenhuma intervenção. Muito bem.

Então, vamos colocar à votação esta recomendação. Quem vota contra? Quem se abstém? Não me levarão a mal, sendo eu membro do Governo, e sendo esta uma recomendação ao Governo, eu vou-me abster, como, aliás, já fiz em Conselho de Ministros, quando se tratou de uma decisão recente sobre esta freguesia, invoquei também conflito de interesses, e também não participei nessa votação. Neste caso, eu abstenho-me nesta recomendação. Quem vota a favor? Está aprovada por maioria, apenas com uma (1) abstenção.

Há uma terceira proposta, sobre o grupo de trabalho da segurança. Eu penso que a proposta está a ser redigida, e penso que ainda iremos a tempo, no decurso da reunião, uma vez que ela foi formulada oralmente, penso que iremos a tempo de ainda votar.

???: Não sei se não seria mais avisado, eventualmente, como implica a criação de um grupo de trabalho, adiarmos a criação desse grupo para a próxima reunião. Não sei, é uma ideia que eu coloco à Mesa.

João Carvalhosa (Vogal): Peço desculpa, têm que dizer o nome de cada vez que falam, senão quem vai transcrever não sabe quem é que está a falar.

Presidente da Mesa: Há um pedido de intervenção do Grupo do PCP.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço. Eu penso que poderemos votar a proposta, e obviamente que esse grupo não será constituído hoje. Eu não sei qual será o tipo de redação, mas provavelmente indicará representantes deste e daquele Partido. Não sei, mas eu ia propor que também pudesse incluir alguém das forças policiais, da PSP, da própria PSP, se não como membro efetivo da comissão, pelo menos como membro observador.

Margarida Cabral (PSD): Margarida Cabral, do Grupo Parlamentar do PSD/CDS. Peço desculpa, mas nós não podemos aqui decidir que a PSP vai integrar coisa nenhuma. Portanto, nós podemos decidir que nós vamos integrar grupos de trabalho. Quanto à PSP, ela saberá.

Presidente da Mesa: Novamente o PCP.

Isabel Lourenço (PCP): Eu não estava a dizer para eles integrarem o grupo, mas serem convidados para ser observadores do grupo de trabalho. Até porque esse grupo de trabalho ???.

De qualquer forma, acho que devemos abordar a proposta. Uma vez que ela está a ser elaborada, se calhar podíamos dar início à reunião, e durante a reunião incluir a votação, para não se prolongar mais.

Presidente da Mesa: Era precisamente essa a sugestão que estava a dar, até porque me parece que ninguém nos pode dar uma proposta sem haver um texto concreto.

O Presidente da Junta de Freguesia tinha pedido a palavra sobre esta recomendação.

Presidente do Executivo: Sobre essa recomendação, e na sequência da intervenção da Ana Coelho, do que referiu, posso-vos dizer o seguinte: o Comandante da Polícia – só para verem a ligação que existe, sobre este caso, entre a Junta, a autarquia, e as forças de segurança, o próprio Comandante da Polícia já tinha falado comigo, a dizer o que se passava, que se estavam a passar algumas situações muito perigosas aqui na nossa área. E foram completamente... foi um assalto que tinha havido lá, um senhor de Caselas, que foi assaltado lá um café, em Caselas.

Aliás, poucos dias depois de o Comandante ter falado comigo sobre esta matéria, tivemos uma reunião pública do Executivo, na Junta de Freguesia, lá em baixo, e esteve cheia a sala com elementos de Caselas, e não só. Outras pessoas também lá estavam, mas muitas de Caselas, fundamentalmente preocupadas com essa questão da segurança. E eu tive oportunidade de lhes dizer que já lá tinha estado, por acaso, com o Comandante da Polícia Municipal, e ia agora lá com o Comandante da Esquadra de Belém. E, de facto, dois dias, ou três dias depois, fui com o Comandante da Esquadra de Belém ao local, a Caselas – porque eles lá falavam que tinha sido ???, e sei lá mais o quê – fomos tranquilizar e dizer que a polícia está atenta. E, aliás, eu próprio pude já ver várias vezes carros da polícia identificados, e outros de forma não identificada lá no local. Mas,

andei com o Comandante da Polícia, ele identificado na altura, fardado, fomos aos locais falar com as pessoas, e as pessoas viram-nos, demos uma volta por Caselas toda.

E, de facto, a polícia está, neste momento, já há uns dias, muito atuante nesta matéria. E ia já apanhando os indivíduos, aqui na Avenida ???, encapuçados, à mão armada, andam por aqui, ou andavam, não têm sido vistos ultimamente. Naquela altura, mais uma vez, eles foram identificados aqui, a polícia tentou ir atrás deles, mas eles fugiram outra vez. Mas, de facto, é uma quadrilha perigosa, de três elementos, com umas características já definidas. Estivemos a falar com a pessoa que foi assaltada. A sorte dele foi, na altura, quando... não sei se sabem, às sete e meia da manhã, eles estavam lá no local, ??? entraram os assaltantes para o café. Ele ficou quietinho no carro, e foi a sorte dele. E entretanto, chegou um táxi, e eles assustaram-se, levaram a registadora, levaram uma televisão, e tal, mas não viram que o dono estava dentro do carro, deitado. Estivemos a falar com ele, e pronto. Neste momento, estamos em ligação, como estamos, normalmente, com a polícia.

Agora, há aqui uma componente que deve ser reforçada, e que estava à espera de tempo para agora, em breve, tentar obter isso, que é a questão dos guardas noturnos. Guardas noturnos, era importante, com a polícia, tentar reforçar esse esquema aqui na nossa freguesia, e há possibilidades disso. Aliás, já tenho marcadas agora umas reuniões com os guardas noturnos da nossa zona (que são uns seis), para ver se é possível melhorar a atuação deles. Agora, as forças de segurança estão, neste momento, muito sinalizadas para essa matéria.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado.

Penso que já temos a recomendação, e eu pedia para que pudesse fazer a leitura da recomendação. Muito bem. Na próxima reunião, trataremos das condições logísticas.

Ana Coelho (PS): Portanto, é uma proposta à Assembleia de Freguesia.

“Nas últimas semanas, têm ocorrido vários assaltos, nomeadamente a residências, num número significativo de casos na presença dos próprios residentes. Além destes, ocorreram assaltos à mão armada a estabelecimentos comerciais, dois deles à Estação dos Correios.

Estas situações causam grande insegurança aos moradores e utentes de Belém.

Até ao momento, não se tem verificado um aumento do policiamento ou da presença policial na Estação dos CTT, nos últimos dias de cada mês. Não tem também sido verificada a implementação de outras medidas que permitam prevenir futuros acontecimentos deste tipo.

A Bancada do PS vem propor a criação de um grupo de trabalho, no âmbito da Assembleia de Freguesia, para acompanhar e implementar, em colaboração com a PSP, medidas e meios que evitem novas ocorrências.”

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Está, de facto, em linha com a proposta que já tinha formulado oralmente. Corresponde praticamente àquilo que tinha referido.

O PSD pediu a palavra.

Margarida Cabral (PSD): Margarida Cabral. Eu só gostava de perceber um bocadinho o que é que lhes parece ser a eficiência de um grupo de trabalho para uma questão como estas. Eu tenho as maiores dúvidas que seja a forma mais adequada de lidar com este problema. Penso que, eventualmente, a Assembleia poderia fazer uma recomendação à Junta para que, com a PSP, trate deste problema, dê prioridade a esta questão, e venha na próxima Assembleia dizer o que é fez, e o que é que propõe. Mas, não me parece que valha a pena a criação de um grupo de trabalho. Mas, gostava de ouvir o que é que vos parece que um grupo de trabalho pode fazer num problema como este.

Presidente da Mesa: Talvez fazer a ronda. Começar pelo Grupo do PCP.

Isabel Lourenço (PCP): Eu penso, se calhar, aqui um pouco na linha da colega, que se poderia, em vez de ser um grupo de trabalho formal, que implicaria já uma continuidade, etc., se pudesse fazer uma primeira reunião com um elemento de cada força política da Assembleia de Freguesia, juntamente com o Comandante da Esquadra de Belém, para se ouvir o que é que está a ser feito, independentemente da informação do Sr. Presidente. E depois, a partir daí, logo veríamos se haveria necessidade, ou não, de se constituir o tal grupo de trabalho.

Presidente da Mesa: Ora, o Grupo do PS pediu a palavra. E se não houver nenhuma alteração, eu terei que colocar, obviamente, esta proposta à votação. Não sei se há mais algum pedido...

Ana Coelho (PS): Eu acho que, no fundo, o que a Isabel Lourenço propôs, acho que vai um bocadinho nesta linha, portanto, de haver um conjunto de pessoas, no âmbito da Assembleia de Freguesia, que poderão estar envolvidas e tentar potenciar a resolução, e a criação de meios para ultrapassar esta questão. Não implica que o Executivo também não faça os seus esforços, de maneira nenhuma. Portanto, todos os esforços devem ser efetuados para se resolverem estas questões, que são questões complicadas.

Presidente da Mesa: Vou dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Só muito sinteticamente, que há bocado não estava cá e não ouviu o que eu estava a dizer. Eu já fui ao local com os elementos da Polícia, quer da Esquadra de Belém, quer da Polícia Municipal, os dois, em dias diferentes. Estivemos a falar com as pessoas que foram assaltadas, estivemos a falar com a população, mostrámo-nos por Caselas toda, já vimos no terreno, e

sabemos no terreno o que vimos, carros identificados da polícia, e outros não identificados, à paisana, atrás dessas pessoas. Já foram vistas aqui a passar, encapuçadas, a polícia foi atrás deles uma vez, e fugiram mais uma vez. Mas, a polícia anda no terreno. Portanto, nisto estamos em ligação com a polícia.

Além disso, o que é que a Junta pode fazer? Demos meios à polícia, já demos uma viatura para a polícia, para reforçar aqui no local, telemóveis que eles também têm, e agora umas bicicletas, para fazerem o patrulhamento também na freguesia. E outro tipo de apoios. Pronto. Mas, estamos em ligação com a polícia, e já fizemos esse trabalho de casa. E agora, ??? juntamente com a polícia também, que acho que é importante. Pronto, isto não esgota tudo, como é evidente, mas já é alguma coisa. Isto já foi depois desses acontecimentos tristes que se passaram.

Presidente da Mesa: Eu tenho aqui um pedido do Sr. Manuel Machado para dar uma informação sobre esta matéria.

Manuel Machado (PSD): Manuel José Machado. Nós, enquanto membros da Assembleia de Freguesia de Belém, temos competências para fiscalizar o Executivo nas suas funções na freguesia, ou seja, estarmos a criar um grupo de trabalho para esta questão vai um pouco contra as nossas funções ??? também enquanto Assembleia de Freguesia, para eventualmente fazer uma reunião, mesmo que seja informal, com o representante das forças policiais, ou de outra forma. Porque estarmos a criar um grupo, parece-me uma forma de burocratizar este órgão.

???: Só uma pequena nota sobre esta questão da Lei. A Assembleia de Freguesia tem, obviamente, lá implícito, aliás, o Regimento... portanto, o Regimento ainda não está aprovado, mas dentro das competências da Assembleia de Freguesia, há a possibilidade de criar grupos de trabalho. Portanto, é assim: evidentemente que pode haver até razões que impliquem a criação de um grupo de trabalho. Mas, a possibilidade de criar um grupo de trabalho parte da Lei, quer dizer, é uma coisa normal em qualquer Assembleia. Pronto, é só isto.

Presidente da Mesa: Eu penso que para evitarmos uma discussão sobre este tema, eu penso que, para lá da existência de grupos de trabalho, há sempre a possibilidade de membros da Assembleia poderem obter a informação.

Existe uma proposta, que é a única que existe, é esta, que eu terei que colocar à votação. Em todo o caso, parece-me que, pelas intervenções que foram feitas, poderia haver vantagem em encontrar uma solução que pudesse gerar algum consenso, e essa poderia resultar de uma averiguação, até à próxima Assembleia de Freguesia, haver um contato dos Grupos e do Executivo junto das forças de segurança. Mas, eu não posso, obviamente, impedir o Grupo do PS de submeter à votação esta proposta. Se o Grupo do PS mantiver esta proposta, eu tenho que a votar neste momento; se preferirem que sejam feitas diligências, nas próximas semanas, envolvendo os vários Grupos e o Executivo junto das forças de segurança, podíamos colocar à votação na próxima reunião esta mesma

proposta. Portanto, era para tentar criar condições para que, sobre uma matéria tão sensível, se mantivesse um apoio alargado. Mas, naturalmente, tenho que deixar isto à consideração do proponente.

Ana Coelho (PS): Eu acho que seria de toda a conveniência encontrar um consenso, e não adiar a resolução deste assunto, ou fazer um esforço para resolver este assunto. Portanto, temos uma proposta do Grupo do PCP; não sei se o Grupo do PSD tem outra proposta.

Presidente da Mesa: A única proposta... a proposta do PCP, pelo que se vê, era a realização de uma reunião envolvendo os vários Grupos da Assembleia, os vários Grupos Políticos, com as forças de segurança, e só posteriormente, eventualmente, criar um grupo de trabalho. No fundo, há uma proposta que queria um grupo de trabalho, e há uma outra que não quer a criação de um grupo de trabalho, e prefere realizar diligências prévias envolvendo os vários Grupos, remetendo para mais tarde, eventualmente, a criação desse grupo. Pois, eventualmente. Bom, mas essa proposta não foi feita por escrito.

Ana Coelho (PS): Mas, a Bancada do PS altera a proposta nesse sentido.

Presidente da Mesa: Muito bem. Então, eu coloco... nesse caso, não há uma recomendação. Para clarificar as questões, eu dava novamente a palavra ao Grupo do PCP, que foi quem fez uma proposta específica sobre esta matéria, para perceber qual é o alcance, e se envolve, ou não, o Executivo nesses contatos.

Isabel Lourenço (PCP): A proposta é, exatamente, para termos um consenso, porque eu acho que, de facto, é uma matéria extremamente delicada, e que nos próximos tempos, provavelmente, irá piorar e não melhorar, até por causa da situação em que se encontra o país, e o aumento da criminalidade a que temos assistido.

Portanto, é óbvio que estaria presente o Presidente da Junta de Freguesia, ou quem indicasse do Executivo, e depois, um membro de cada Grupo, um representante político da Assembleia de Freguesia. Seria esta a proposta. Se for necessário pôr por escrito...

Hélder Correia (CDS-PP): Hélder Correia. Não obstante, evidentemente, o Executivo continuar a encetar esforços no sentido de as forças da autoridade... portanto, que isso seja implícito.

Presidente da Mesa: Bom, não tendo que estar, neste momento, a formalizar, ou melhor, a submeter por escrito, uma vez que as reuniões são gravadas, e eu penso que interpreto da seguinte forma: a proposta que nos é feita, a partir de uma proposta inicial do PS, e da discussão que foi feita por todos os Grupos, é no sentido de ser realizada uma reunião com um representante dos Grupos Políticos, envolvendo também o Executivo, junto das forças de segurança. Na sequência dessa reunião, na próxima reunião da Assembleia, poderá eventualmente ser constituído um grupo de trabalho.

Podemos colocar à votação esta proposta, esta recomendação. Votos contra? Abstenções? Está aprovada. E portanto, será desencadeado este processo de um encontro, uma reunião com as forças de segurança, envolvendo um representante de cada Grupo Político, e o Executivo. Eu penso que a proposta foi uma proposta de todos os Grupos, é da Assembleia. Todos os Grupos Políticos se associaram com a proposta inicial, que foi alterada. Muito bem.

Vamos entrar agora na nossa ordem de trabalhos, com os pontos previamente identificados. O 2.º Ponto da nossa ordem de trabalhos é a Aprovação da localização da Sede da Freguesia de Belém.

Existe uma proposta do Executivo em relação à localização da sede da freguesia, que foi distribuída a proposta na convocatória da Assembleia. Mas, dou, obviamente, a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia para nos fazer a proposta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto, no âmbito desta reorganização que estamos a proceder aos serviços da Junta, somos confrontados com a questão de designar a sede, e a organização, mesmo até a distribuição do trabalho, que a sede seja lá em baixo ??? temos que estar preparados para receber muita gente nova que vem trabalhar para a nova Junta de Freguesia de Belém. E para já, já estamos a preparar as coisas, com a ação social, para já, em força lá em baixo ??? a educação também está cá em cima, para já. Temos tudo isto, mas, de facto, a centralidade do Largo dos Jerónimos, ??? que ficasse a sede lá em baixo.

É a nossa proposta. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Portanto, existe uma proposta para a localização no Largo dos Jerónimos, n.º 3, R/C, em Lisboa. Eu coloco à discussão esta proposta para a sede da freguesia. Tenho um pedido do PCP, e depois do PS.

Isabel Lourenço (PCP): Obrigada. Isabel Lourenço. Eu penso que isto é uma questão muito sensível, e que não existem soluções justas ou agradáveis porque, obviamente, que quem é de S. Francisco, gostava mais que fosse em S. Francisco; quem é de Belém, prefere Belém.

A posição do PCP, uma vez que é sobejamente conhecida a nossa posição sobre a forma como se fez a extinção e a criação de novas freguesias – a nosso ver, não foi feito com o devido tempo, tendo em conta as recomendações dos vários institutos, e portanto, ia criar, desde sempre, este tipo de problemas – a nossa posição em relação a isto é que não se extinga nenhum dos dois locais – o que, segundo aquilo que eu entendi pelas palavras do Sr. Presidente, não virá a acontecer – que se assegure o atendimento público nos dois locais. E portanto, vamo-nos abster na escolha da sede, e deixamos isso para os dois Partidos que nos meteram nesta “alhada”, entre aspas.

Presidente da Mesa: Obrigado. Pediu a palavra o Grupo do PS.

Júlio Calha (PS): Sobre este assunto, a nossa opinião é muito simples. Houve uma comissão instaladora, essa comissão instaladora decidiu num sentido, e portanto, agora há uma proposta num sentido de ser outro o local, ou a sede da Junta de Freguesia.

Portanto, aquilo que achamos é que devia haver uma informação mais fundamentada em relação a este assunto, que devia ser acompanhado este documento daquilo que foram as atas das reuniões que tiveram lugar na comissão instaladora sobre este assunto, para nós podermos ter uma opinião mais consequente em relação a esta matéria. Aliás, até porque na proposta que aqui vem para alterar a sede da Junta de Freguesia, é citada legislação que não tem nada a ver com o assunto, porque, por exemplo, a Lei n.º 11-A/2013, não se aplica no concelho de Lisboa, porque, digamos, é uma Lei geral, em termos das freguesias, que excetuava, no seu contexto, não só o concelho de Lisboa, como as regiões autónomas. Agora, é evidente que a Lei n.º 75/2013, nas questões de gestão e decisão sobre os serviços, evidentemente que há aí maior capacidade de decisão em termos da respetiva freguesia.

Portanto, digamos, a proposta está muito fundamentada mas, por outro lado, também não está suficientemente fundamentada na sua perspetiva em termos da razão que leva a esta mudança tão rápida e tão imediata.

Portanto, nós gostaríamos, para nos pronunciarmos corretamente sobre o assunto, que tivéssemos uma informação sobre as atas e as decisões tomadas na comissão instaladora, tivéssemos agregados aqui mais elementos que nos levassem a conhecer bem o que é que se passou nessas reuniões, e isso, digamos, ajudaria a fundamentar a nossa opinião.

Portanto, é esta a nossa opinião sobre este assunto.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não sei se há mais intervenções, e depois dava ao Presidente da Junta de Freguesia. Grupo do PSD.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Estamos aqui na vertente legal, mas a parte instrumental é o que nos interessa, e o nosso ponto de vista é que, uma vez que a parte vencedora estava instalada lá em baixo, em Santa Maria de Belém, e há uma componente logística importante, e os serviços também lá estavam, uma vez que os serviços da parte superior aqui do Restelo se mantêm também, portanto, acho que os fregueses não perdem qualidade na prestação de serviços. Penso que é meramente instrumental ser de um lado ou do outro. É natural que o nosso Presidente tenha escolhido o local onde estava a trabalhar.

Portanto, acho que temos que ser coerentes, e temos que ser práticos, pragmáticos. A opção está tomada, e nós apoiamos a Junta e o nosso Presidente.

Presidente da Mesa: Não sei se há mais alguma intervenção de algum Grupo. Dava a palavra ao proponente, que é o Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

??? perfeitamente legal. Esta proposta foi feita pelo seguinte: como é evidente, preferíamos ter tudo no mesmo edifício. Ainda houve alguém que pensou, alugar-se ou comprar-se aquela instalação em frente ao El Corte Inglés, e instalarmos ali a Junta de Freguesia. Bem, mas eu acho que, quer dizer, não é a altura mais adequada, na situação em que o país está. E nós, como somos autarcas, temos que acompanhar os esforços que o nosso país está a fazer, de contenção de despesas. E por isso, vamos trabalhar com o que temos, e à nossa dimensão, e vamos tentar, com o que nós temos, conseguirmos trabalhar sem criarmos outro tipo de despesas mais elevadas. Eu bem sei que algumas Juntas de Freguesia estão a alugar, a arrendar espaços, e por aí fora. Mas, nós somos gestores, temos consciência que, com o que temos, vamos conseguir trabalhar. Com a sede, com a delegação, eventualmente mais um ou outro espaço que podemos também, enfim, arranjar, vamos conseguir instalar toda a gente cá.

E portanto, é evidente que por razões históricas, por razões de operacionalidade, não vejo outro tipo de razões. Tudo o resto são *fait divers*. Freguesia de Belém, ou de S. Francisco Xavier, não interessa. Santa Maria de Belém também foi extinta, S. Francisco Xavier também. S. Francisco Xavier está em Santa Maria de Belém. Portanto, é uma nova realidade. E agora, Belém é tudo. Portanto, o que interessa é que isto esteja em condições de dar aos nossos fregueses o melhor serviço. E aí, está previsto as pessoas virem também aqui tratar dos seus assuntos. Temos um sistema de ligação constante entre a sede e a delegação.

Agora, isto é, realmente, muito urgente, porque todos os contatos são feitos para a Junta, tem que se saber onde é que é a sede. E agora, com o contrato, por exemplo, com a Optimus, vamos tratar de todo esse sistema, temos que saber rapidamente onde é que é a sede, para isso ficar definido. Portanto, temos uma proposta da Junta, para quem tem competência para tal, decidir, que é a Assembleia, ratificar esta proposta que nós fizemos, que foi aprovada no Executivo.

João Carvalhosa (Vogal): João Carvalhosa, do Executivo da Junta.

Só, de facto, dar aqui esta nota: como o Sr. Presidente já referiu, isto é uma questão, como o Gonçalo Silvério Marques dizia, é uma questão instrumental, porque o núcleo administrativo da Junta de Freguesia está, de facto, no Largo dos Jerónimos. E o facto de não ser lá também a sede da Junta implica que não possamos dar aquela morada para determinado tipo de correspondência, para determinado tipo de instituições, como por exemplo, as Finanças, o que faz com que toda a correspondência que venha dessas instituições tenha que vir para a Rua João de Paiva, em vez de ir para o sítio onde é dada a entrada dos documentos, que é no Largo dos Jerónimos.

Portanto, estamos a falar, de facto, não é uma questão... já nem é uma questão simbólica, enquanto o nome, se calhar, podia ser uma questão simbólica; esta é uma questão, de facto, prática, é uma questão operacional. Não há qualquer

implicação para qualquer morador. Se a morada for na Rua João de Paiva, é uma questão apenas formal. Mas, em termos práticos de funcionamento da Junta, é, de facto, relevante, porque há contatos que nós não podemos fazer com outra morada senão a da sede da Junta. E como é para aí que é remetida toda a correspondência, e depois tem que ser dada entrada noutro lado, não faz muito sentido termos a morada cá em cima.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado.

Antes de submeter à votação, há um pedido de esclarecimento.

Manuel Machado (PSD): Era só um pedido de esclarecimento. Manuel Machado. Um pedido de esclarecimento ao Executivo. Isto implica que, no próximo mandato, é necessária nova aprovação da Assembleia de Freguesia para a sede? Ou seja, eventualmente não sabendo o que é que vai acontecer no futuro, a sede vir a mudar...

Presidente do Executivo: A Assembleia é soberana.

Presidente da Mesa: Muito bem. Em qualquer caso, o esclarecimento, penso que é útil. Esta é uma decisão que vincula, obviamente, sempre uma proposta de gestão, vincula apenas este período, deste mandato.

Eu vou colocar à votação. Quem vota contra esta proposta do Presidente da Junta de Freguesia? Quem se abstém? Quem vota a favor? Foi aprovado com seis (6) votos a favor e oito (8) abstenções, sem votos contra.

Faça favor, Grupo do PS

Ana Coelho (PS): Eu acho que, efetivamente, deve ficar registado que se vai, efetivamente, manter um posto de atendimento aqui neste edifício.

E queria só aproveitar para agradecer ao Sr. Tesoureiro do Executivo os esclarecimentos que prestou, porque, realmente, na documentação que nós recebemos, os esclarecimentos são muito parcos, e assim temos, efetivamente, uma melhor base de informação para poder votar, e conhecer o assunto, e votar em consciência.

Presidente da Mesa: São sete (7) abstenções. São seis (6) votos a favor e sete (7) abstenções. De facto, estava precisamente a fazer esse cálculo, e a corrigir.

Bom, vamos passar ao próximo ponto da ordem de trabalhos, que é precisamente sobre o Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém.

Existem duas propostas.

Pedro Rodrigues (PS): Pedro Rodrigues, do Grupo do PS. O que foi visto na votação foram oito abstenções. Desculpe, são oito abstenções: cinco por parte do PS, uma por parte do PCP e duas, tanto do Luís Silva, como do Manuel Machado. Não pode é haver um número superior, mas somos treze na totalidade. São cinco votos a favor. Assim está correto.

Presidente da Mesa: Eu não tinha contado os dois votos na Mesa como votação. Eu agradeço a correção. Eu vou anunciar... de facto, a organização da Assembleia pode facilitar este tipo de contabilização, se os membros estiverem por perto, de uma forma mais evidente.

Portanto, eu vou repetir o anúncio dos resultados, até para ficar na ata. A proposta foi aprovada com cinco (5) votos a favor, oito (8) abstenções, e sem votos contra.

Uma declaração de voto do Partido Socialista.

Júlio Calha (PS): É muito simples. Nós, da nossa parte, não tínhamos objeção a que a sede seja lá em baixo, ou seja cá em cima. A nossa objeção era o facto de não haver, com clareza, uma fundamentação adequada em relação a esta matéria. Aliás, foi o membro da Mesa, João Carvalhosa, que deu uma explicação efetiva e real sobre o assunto. E por isso mesmo, tal como a minha colega Ana Coelho, agradecemos a sua intervenção.

Mas, a demonstração de que não está bem fundamentado, é a demonstração feita pelo resultado da votação. Portanto, foi oito, cinco. Cinco, oito.

Presidente da Mesa: As abstenções são contabilizadas como abstenções.

Júlio Calha (PS): O que eu estou aqui a dizer é que são oito abstenções e cinco votações a favor. É interessante.

Presidente da Mesa: Não vamos reabrir a discussão. Tivemos oportunidade para todos nos pronunciarmos sobre esta matéria, cada qual tem a sua sensibilidade. Foi uma declaração de voto.

Sobre o Regimento, existe uma proposta submetida pelo Partido Socialista, de proposta de Regimento, e existe uma proposta do PSD para a constituição de um grupo de trabalho.

Eu pergunto, antes de submeter à discussão e à votação, naturalmente, ao Partido Socialista, que é o único que fez uma proposta concreta de Regimento, se pretende ver votada esta proposta, ou se prefere retirar a proposta no sentido de ser criado um grupo de trabalho.

Júlio Calha (PS): Eu acho que se poderia fazer um grupo de trabalho. Aliás, isso está na Lei, fazer grupos de trabalho. E portanto, eu estou de acordo com a proposta que foi apresentada. Portanto, são dois elementos do PSD, é um

elemento do CDS, um elemento do PCP, e um elemento do PS. É assim? Não me enganei? Estamos de acordo.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu pergunto ao PSD se prescinde de apresentar a proposta, ou se podemos passar imediatamente à votação. Eu posso ler a proposta. A proposta aponta para a constituição de uma comissão para a preparação e proposta de Regimento, nos seguintes termos:

1. A Comissão terá de apresentar um documento para aprovação na Assembleia Ordinária de abril.

2. A Comissão será constituída por cinco elementos: dois do PSD, um do PS, um do CDS e um da CDU. Caberá ao PSD indicar o Presidente da Comissão, e ao PS o Secretário.

Isabel Lourenço (PCP): Isabel Lourenço. Era só para dizer que assim como o PSD e o CDS se apresentam como PSD e CDS, no nosso caso, terá que ser PCP.

É só isso. Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito bem. Eu fiz a correção com a anuência do proponente, da alteração.

Eu coloco, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Está aprovado por unanimidade a constituição deste grupo de trabalho, para a alteração do Regimento, na próxima Assembleia Ordinária.

Muito bem. Já existe a indicação de um representante. Se pudéssemos, indicávamos já os representantes.

Margarida Cabral (PSD): Pelo PSD, serei eu, Margarida Cabral, e o Manuel Machado.

Hélder Correia (CDS-PP): Pelo CDS-PP, Hélder Santos Correia. Não sei se é melhor passarmos *e-mails*, ou qualquer forma de contato.

Margarida Cabral (PSD): Só para acrescentar que serei eu a presidir.

Presidente da Mesa: Pelo PCP, será o membro do PCP. Portanto, temos o grupo de trabalho constituído.

O 4.º Ponto da nossa ordem de trabalhos é a Apreciação e votação do Orçamento para 2013.

Esta é uma circunstância especial, na medida em que estamos ainda em 2013, e se torna necessário aprovar o Orçamento para este ano, atendendo à nova estrutura administrativa.

Eu dou a palavra ao Presidente da Junta para fazer a proposta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estamos aqui perante uma situação especial, num ano especial, eleições em que houve a ligação de freguesias. É, de facto, com base no documento que vos foi distribuído, posso-vos dar aqui algumas indicações. A Lei n.º 81/2012, ???, estabelecia que até à aprovação dos instrumentos de gestão previsional, podiam os órgãos de freguesia realizar despesas para as quais exista saldo de dotação proveniente dos orçamentos das freguesias agregadas.

Nesta base, a Freguesia de Belém agregou os orçamentos das freguesias agregadas e realizou despesas nesta base. Infelizmente, a transição das freguesias não foi devidamente assegurada em tempo, e só a 7 de dezembro foi publicada a Lei que a enquadra. Nesta altura, não faz sentido produzir qualquer alteração ??? período de transição. O Orçamento assegurará a continuidade do Plano de Atividades das duas freguesias agregadas.

Assim, o que vos apresentamos para aprovação é o Orçamento que resulta da agregação de uma parte não executada dos Orçamentos das Freguesias de Santa Maria de Belém e de S. Francisco Xavier, mantendo-se em vigor os respetivos Planos de Atividade.

A menos de quinze dias do final do ano, nada mais se justifica. Uma vez mais, o nosso lamento por não nos ter sido assegurada, em tempo útil, a cobertura legal do processo de transição.

E pedir o vosso voto de confiança para aprovar este Orçamento.

Presidente da Mesa: Vamos fazer a discussão deste ponto. O Grupo do PCP pediu a palavra.

Isabel Lourenço (PCP): Portanto, a primeira coisa é que isto não é o Orçamento de 2013, mas é o Orçamento Extraordinário para o mês de dezembro, e é assim que deverá ser o título.

Em segundo lugar, queria... portanto, ainda estamos a falar aqui de um milhão de euros (1.000.000€), que se gastou em dois meses (provavelmente não se vão gastar todos), mas há aqui duas verbas, que eu gostaria que me explicassem se são coisas que ficaram para pagar, ou o que é que simbolizam, tendo em conta o valor, nomeadamente os espaços verdes, que têm cem mil euros (100.000€), quando o Orçamento de 2014 só tem setenta mil (70.000€), e Praia Campo Infância, que já ocorreu, uma verba de oitenta e cinco mil euros (85.000€), que não sei se serão coisas que ficaram por pagar e transitaram.

Depois, há algumas disparidades entre receita e despesa, em várias rubricas. Assim as que saltam mais à vista, Programa Intervir e ??? despesa.

Presidente da Mesa: Obrigado. Mais pedidos de intervenção? Partido Socialista.

Presidente do Executivo: Peço desculpa, quais foram as rubricas que falou? Diga os números, a numeração.

Isabel Lourenço (PCP): Página 11, página 12.

Presidente do Executivo: Está a falar das despesas correntes?

Presidente da Mesa: Com a anuência do Partido Socialista, e para evitarmos uma situação de diálogo, eu dava novamente a palavra ao PCP, para repetir.

Presidente do Executivo: Diga os números das rubricas, se faz favor.

Isabel Lourenço (PCP): É toda a página 11, que são os espaços verdes, rubrica 01.07, que perfaz um total de cem mil euros (100.000€). Orçamento de despesa de 2013. E é a página 15, com o 01.10.00, que é o Praia Campo Infância, que totaliza oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e dois euros, e sessenta cêntimos (85.842,60€).

Presidente da Mesa: O Sr. Presidente depois responderá, no final, às questões que entender adequadas.

Eu dou novamente a palavra para a intervenção, que ainda não tinha sido iniciada, do Partido Socialista.

Júlio Calha (PS): É uma declaração muito simples. É só dizer que este Orçamento é, de facto, da agregação do resultado das diversas freguesias, e portanto, não temos nada a opor em relação a esta matéria. Está tudo bem.

Presidente da Mesa: Não tendo mais pedidos de intervenção, dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Está a falar nesta verba de aquisição, na página 11? Estamos a falar do 02, tem de ser sobre bens e serviços.

Isabel Lourenço (PCP): Estamos a falar do total dos espaços verdes. Em dois meses, cem mil euros (100.000€).

Presidente do Executivo: Sim, pronto, tudo bem. O que se passa é o seguinte: para nós, os espaços verdes são uma prioridade, só que temos uma delegação de competências com a Câmara, e com base no metro quadrado que tínhamos, a Câmara deu-nos uma verba para nós investirmos. Eu não gosto de falar na palavra “gastar”. E como não gosto de falar na palavra “gastar”, nós temos conseguido poupar dinheiro; isto é, a verba que tínhamos para investir foi mais pequena porque nós negociámos melhor com as empresas. Imagine, vou dar um exemplo: a Câmara deu-nos A, e nós gastámos B, menos. Portanto, o que sobrou, ainda fizemos muitos investimentos. Mas, mesmo assim, ainda nos sobrou dinheiro. Vai ser devidamente utilizado, algum, ainda eventualmente este

ano. Se não for neste ano, vai continuar a ser investido muito em breve. Mas, portanto, é dinheiro que nós temos para melhorar os espaços verdes.

Agora, posso-lhe dizer, na parte que nos toca – porque eu agora estou aqui a defender dois orçamentos, de Belém, lá de baixo e cá de cima – na parte que nos toca, conseguimos pôr rega automática em todos, com exceção de dois canteiros, em todas as zonas de Santa Maria de Belém que estavam à nossa guarda, com as sobras que tínhamos das verbas de manutenção.

O Presidente da Junta, se o Presidente da Mesa autorizar, pode ceder a membros do Executivo.

João Carvalhosa (Vogal): João Carvalhosa. Sr. Presidente, muito obrigado pela autorização.

Eu gostaria só de dar aqui alguma explicação mais sobre este assunto. É que, muitas vezes, estas despesas e estas rubricas não encaixam perfeitamente na realidade, por uma razão simples: é que estas transferências da Câmara Municipal geralmente vêm muito tarde, e para vos dar uma ideia, a transferência para o Praia Campo e para o Programa Intervir chegou, salvo erro, anteontem.

Ou seja, nós... infelizmente, porque isto deveria ser... isto vai deixar de acontecer, mas a Câmara, quando fazia nos protocolos – não tem a ver com esta Câmara, tem a ver com todas as Câmaras, desde há vinte anos – as Câmaras, ou a Câmara, devia fazer primeiro a transferência da verba, no dia 1 de janeiro, para ser gasta no fim. Ora, o que é que acontece? A Câmara, por regra, faz no fim dos trimestres, quando a verba já foi gasta. Pronto. E em períodos particularmente difíceis, é difícil conjugar a verba já recebida com a verba a receber, e com a verba gasta. E portanto, por vezes, tem que se andar aqui, de facto, a fazer algumas, enfim... não é, exatamente, o rigor absoluto, mas tem a ver com esta questão da transferência das verbas.

De futuro, este tipo de atividade passa a ser uma competência própria da Junta. Ou seja, estas discrepâncias de valores, ou estas, às vezes, pequenas falhas que existem, deixarão de existir, porque a verba já faz parte do Orçamento inicial da Junta. Portanto, é só para vos dar essa nota.

Enfim, e de facto, como o Sr. Presidente disse, tem aqui a ver com alguma contenção de despesa que nós sempre fizemos (e julgo que muitas Juntas, como compreenderão), que nos permitiu não gastar todo o dinheiro. Gastamos, acabamos por gastar, mas de uma forma muito mais eficiente, e daí apresentar-se, por vezes, alguns saldos que são um bocadinho maiores do que seria intenção num determinado momento. Portanto, de futuro, de facto, estas rubricas estarão muito mais certas, e muito mais adequadas.

Agora, isto é a fusão de dois orçamentos. Portanto, também, daí, enfim, há aqui alguma responsabilidade deste Executivo que é um bocado limitada.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado. Tenho mais um pedido.

Pedro Rodrigues (PS): Pedro Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PS. Quer dizer, se existem, de facto, essas mais valias, é importante que elas sejam, como o Presidente da Junta disse, não como um gasto, e sejam feitas de forma avulsa. É importantíssimo que haja uma certa coerência nas várias intervenções que são feitas nos jardins. Penso que já tivemos oportunidade de falar isso previamente, e portanto, é muito importante que haja alguma estratégia, e portanto, muito embora se perceba que esta verba tem que ser gasta, ou eventualmente não gasta, mas investida até ao final do ano, mas penso que deve ser feito de uma forma bastante rigorosa, para não fazermos, de facto, uma intervenção em que depois, provavelmente, teremos um gasto superior ao natural.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Penso que estamos em condições de avançar para a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Foi aprovado com um (1) voto contra, cinco (5) abstenções, e restantes votos favoráveis.

Vamos passar para o ponto seguinte, este sim para 2014. Apreciação e votação das Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2014.

Dou a palavra ao Executivo para apresentar esta proposta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ora, nós temos aqui para submeter à vossa apreciação as Opções do Plano, que constituem o Plano de Atividades, pelo PPA, PPI e pelo Orçamento, e pelo Mapa de Pessoal para 2014.

Este é um ano muito especial, como devem calcular. Tivemos que ser muito criativos. E vamos começar pela parte do Orçamento, aqui com algumas explicações. A documentação foi-vos enviada, aos Srs. Membros da Assembleia, mas gostaria só de frisar algumas questões, para ajudar à compreensão destes documentos.

O Orçamento para 2014 está fortemente condicionado pela indefinição quanto às transferências de pessoal e de meios do município para a freguesia, resultado da aplicação da nova legislação. Provavelmente, só em abril, aquando da revisão, teremos já elementos definitivos quanto a este processo.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vem acabar com a possibilidade de se aprovar o Orçamento até abril, como acontecia anteriormente. Devido às dificuldades de algumas autarquias, a Lei n.º 83/2012, de 9 de dezembro, vem abrir esta possibilidade de o Orçamento ser aprovado até noventa dias após a tomada de posse.

A Freguesia de Belém fez um grande esforço para que tudo ficasse concluído a tempo, e assim hoje estamos em condições de aprovar o Orçamento.

Nas novas competências, apenas consideram valores de que o município nos deu conhecimento, pelo que, em muitos casos, a receita de tais representam um valor de condição para se poder receber as tais receitas, em rubricas em aberto.

No caso do pessoal, isto é o seguinte: nós temos no Orçamento várias receitas, em que temos que deixar, pelo menos, a rubrica aberta, nem que seja com um euro. No caso do pessoal, considerou-se o número expectável, de acordo com as indicações do município, e valores que só poderão ser devidamente objetivados quando conhecermos em concreto quem transitará. Para se poder receber esses trabalhadores, é necessário que os mesmos estejam incluídos no Mapa de Pessoal, e que este esteja previamente cabimentado, ??? esta situação em consideração.

Sendo o primeiro ano de funcionamento da freguesia, naturalmente, este Orçamento, pelos motivos expostos, não foi elaborado com as bases que seriam mais adequadas, sendo prováveis diferenças significativas entre o que agora se prevê e o que acabará por ser a sua versão final, decorrente da última alteração orçamental que se venha a fazer. Esperamos, em abril, que já existam dados mais sólidos que nos permitam, nessa revisão orçamental, já introduzir dados concretos relativos a todas as transferências de recursos humanos e materiais por parte do município.

Nessa parte, como veem, está aí descrito no Orçamento de 2014, está aí parte das receitas. O Orçamento para 2014 encerra uma previsão de receita no total de 3.025.072,38€, mais de 90% provenientes de transferências correntes. Podem ver o mapa que está aí na parte dos documentos, das receitas.

No referente a outros valores que nós temos aqui, a dimensão social da atividade da freguesia está bem patente nos itens básicos da despesa, nos elementos básicos da despesa, em ação social, ??? atividades, que está orçada em quase trezentos mil euros. 397.247€, à volta disso. Além destas, importa sublinhar que grande parte das despesas ??? educação, cultura, ??? e ofertas de atividades, assim como apoios a instituições, num total superior a duzentos mil euros (200.000€), acabam por ter uma importância social, porque o investimento social será superior a quinhentos mil euros (500.000€), pelo que estamos a elaborar uma despesa social na ordem dos 16,5% do restante orçamento.

O Espaço Público, assumido na sua globalidade, será outra componente essencial deste Orçamento, com um valor de aquisições de bens e serviços, e de investimentos, superior a trezentos mil euros (300.000€), enquanto que as despesas com recursos humanos do setor de limpeza se estimam num valor superior a quatrocentos e setenta e cinco mil euros (475.000€). Posso-vos falar nisto aqui, que a situação ainda está também um pouco híbrida, porque, em princípio, estava previsto transferirem os dois postos de limpeza da zona, isto é, o do Restelo e o da Travessa da Saúde, em Pedrouços. Entretanto, a Câmara ???

chegou a ser aprovado, resolveu deferir oito postos estruturantes, e um deles, estranhamente... não, o do Restelo e o da Travessa da Saúde, estavam previstos ser estruturantes. Entretanto, o Vereador Duarte Cordeiro já disse que houve um lapso, que nem o do Restelo. ??? transferido para a Junta de Freguesia.

Mas, portanto, em termos da responsabilidade da higiene urbana, também temos que ter algo cá em cima, porque esta freguesia é muito maior, e eu até referi o do Bairro da Boa Hora, que é um posto muito maior e muito mais significativo, do que aquele posto também da zona ocidental de Lisboa. Eu percebo por que é que o da Boa Hora não vai; enfim, não vou aqui referir por quê, mas pronto. E então, o que ficou combinado foi ??? o do Restelo, mas íamos partilhá-lo com a Câmara, porque o da Boa Hora, convém ficar também com o Presidente de Junta, que é o da Ajuda, que queria ficar com o posto. E então, o do Restelo ficará partilhado. Mas, isso ainda não está completamente assente, está a ser negociado. De qualquer forma, era só para verem que isto ainda está tudo... neste Orçamento, quer dizer, porque é sempre uma previsão, temos de ser muito criativos.

O Espaço Público será, assim, a principal componente da despesa em 2014, com o valor estimado de mais de setecentos e setenta e cinco mil euros (775.000€).

Este é o primeiro Orçamento anual da Freguesia de Belém, é a expressão financeira do Plano de Atividades, dotada dos meios necessários para o concretizar. É um valor de partida. Com a soma de todos, esperamos, daqui a quatro anos, ter contribuído para uma adequada sustentabilidade económica e financeira da Freguesia de Belém.

Em linhas gerais, são estas as justificações para este Orçamento que, de facto, já começa a ter uns números muito significativos, já passa dos três milhões. Estão aqui verbas que a Câmara vai transferir, dois milhões e quatrocentos e tal mil euros, quer outras que vêm também da DGAL, do Governo Central.

Agora, em termos de... neste campo específico, que está ligado ao Orçamento, a questão do Mapa de Pessoal. No Mapa de Pessoal, também temos a hipótese, numa primeira linha, e temos de estar preparados para receber estas pessoas, que tem sido o problema de muitas Juntas de Freguesia em Lisboa, que não têm sítio para colocar as pessoas. Vão sair da Câmara mil e oitocentos funcionários, para serem transferidos para as diferentes Juntas. E nós aqui, para já, queríamos pôr quatro arquitetos, técnicos superiores, para análise dos projetos de licenciamento. Para já, achámos que dois seriam suficientes. Para já, não quer dizer que não possam vir mais depois. E neste momento, esse quadro que têm aí, que vos foi enviado, Quadro de Pessoal, posso-vos dizer que a nossa Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém tinha quatro, e S. Francisco Xavier, cinco elementos. Neste momento, estão previstas oitenta e três pessoas no nosso Quadro de Pessoal, pessoas que são transferidas da Câmara de Lisboa: dois técnicos superiores para os licenciamentos, oito assistentes técnicos, e nove operacionais, da administração geral. Depois, na parte do ???, é todo esse pessoal que vem, que seria um encarregado geral, três encarregados operacionais, e vinte e oito assistentes operacionais. Atenção, que isto também está tudo a ser discutido. As pessoas dizem: vem a instalação com as pessoas

todas atrás, mas não pode ser bem assim, porque também vem a parte do Restelo, e aquilo vai ser um posto estruturante. Portanto, isto vai ser tudo... mas, pronto, conseguimos, mesmo assim, chegar aqui a uma base a que eu não pensei que pudéssemos chegar tão depressa.

Na Educação, temos aqui, por causa dos projetos das AEC e dos CAF, temos aqui vinte e cinco técnicos superiores, que é pessoal devidamente formado que dão as aulas, e os projetos que nós estamos a executar, mais sete assistentes operacionais. Isto dá cerca de oitenta e três pessoas, grosso modo. Mas, isto vale o que vale, para já, tudo isto são previsões.

Agora, o que eu vos peço é que, de facto, aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, entenderem esta situação especial que nós estamos a viver. É natural que, em breve, haja mais Assembleias de Freguesia, para rectificarmos, para introduzirmos algumas alterações que, entretanto, seja necessário implementar, neste momento. Mas, para já, aprovelem estas Grandes Opções do Plano.

Junto também está o Plano de Atividades, que isto agora é tudo em conjunto: é o Orçamento, o Mapa de Pessoal e o Plano de Atividades, que também é aprovado em conjunto, junto com o Orçamento, aliás, como na própria Câmara. E então, para vos ajudar também a perceber um pouco mais isto, transmitir aqui: as Opções do Plano são compostas, nos termos da Lei, pelo Plano de Atividades e pelos Planos Plurianuais, Plano Plurianual de Investimentos (PPI). Desta vez, atendendo à dimensão da freguesia, entendeu-se também apresentar um PPA, Plano Plurianual de Atividades, cujo conceito será desenvolvido ao longo dos anos.

A atividade da Junta pode ser sempre acompanhada no Boletim Informativo ??? serviços prestados pela freguesia. Obviamente, também temos o *site*, temos as vitrinas.

A Freguesia de Belém é a afirmação de uma nova realidade autárquica em Lisboa, que vem dar às freguesias novos desafios, com a possibilidade de ter mais competências e mais meios financeiros. Os desafios, nos quais necessita envolver todos os seus componentes, seja trabalhadores, autarcas, utentes ou cidadãos, sendo certo que há uma matriz comum, por todos compreendida e aceite, assente na missão, na visão e nos valores de uma nova organização.

Porque Belém se faz com todos e tomando atenção a cada um de vós, afirmamos como lema “Belém, a soma de todos”. Estamos na política para servir; estamos na política para cumprir. Fizemos um conjunto de compromissos – não gosto de “promessas”, mas pronto – um conjunto de compromissos para com o eleitorado, que, naturalmente, constituem para nós grande parte do Plano de Atividades, trave mestra que sustenta o nosso edifício público, e este, correspondendo às necessidades dos cidadãos, de servirmos, é a matriz base de tudo. Estamos na freguesia para que os cidadãos se sintam com ela identificados e para que nela confiem como instrumento para o seu bem estar.

Dividimos o nosso Plano em doze grandes áreas: uma, ???; outra, Gestão Participada; Espaço Público, Ambiente e Higiene Urbana; Ação Social, Terceira

Idade e Infância; Associativismo; Educação; Cultura e Tempos Livres; Desporto; Juventude; Comércio e Atividades Económicas; Turismo (lutar para que aconteça, não depende só de nós); e por fim, Relações Institucionais e Segurança, no caminho de uma freguesia sustentável.

Como decorre do Orçamento, que é a expressão financeira deste Plano, o Espaço Público, Ambiente e Higiene Urbana, e Ação Social, Terceira Idade e Infância serão as áreas com maior consumo de recursos. São duas áreas essenciais para a gestão desta freguesia, ambas ligadas à qualidade de vida e ao bem estar das pessoas. Duas áreas em que pretendemos, por um lado, dar continuidade aos projetos existentes; por outro, uma permanente inovação, à procura de novas ideias e de novos desafios.

O texto do Plano de Atividades está suficientemente desenvolvido, sem que sejam necessárias mais explicações. É o nosso Plano, foi sufragado nas eleições. Cumprimos o que prometemos ao eleitorado, correspondendo às expectativas daqueles que nos concederam uma maioria absoluta. Mas, lá por termos maioria absoluta, não vamos querer fazer sozinhos; queremos ter sempre um diálogo permanente com todas as forças políticas. É um Plano aberto a todos os contributos e críticas, certos de que é na dialética de opiniões e vontades que queremos progredir. No quadro da gestão participada, estaremos sempre prontos para aceitar novas ideias.

Com base nisto, gostaríamos de pedir aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia aqui presentes hoje que nos deem a vossa confiança, aprovando, obviamente, as Opções do Plano, o Orçamento e o Mapa de Pessoal para 2014.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Portanto, nós estamos a fazer uma discussão simultânea, e depois a votação também será com o mesmo âmbito, das Opções do Plano, Plano de Atividades, Plano Plurianual de Atividades, Plano Plurianual de Investimentos, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2014.

Coloco agora à discussão. Grupo Político do Partido Socialista.

Maria Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, do Partido Socialista. Gostaria de iniciar esta intervenção quase pela conclusão, e que me foi suscitada também pela apresentação que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia fez. Isto é, é uma proposta que nos é feita, não só com muito pouco tempo de antecedência – nós tivemos o prazo mínimo legal para apreciação (dois dias úteis), o que me parece manifestamente insuficiente para podermos ter uma opinião e podermos dar os nossos contributos. Portanto, sabemos que é o prazo legal, mas, de facto, foi feito com uma antecedência que consideramos que não é possível esta participação.

E atendendo a que a Lei n.º 83/2013 prevê que a aprovação possa ocorrer nos noventa dias após a tomada de posse deste órgão, e que não está esgotado, por que não podemos ter um prazo um pouco mais alargado que pudesse permitir que esta reflexão, estes contributos pudessem ser feitos de uma forma melhor.

Mas, não é só por isso, e por isso, retomo o que disse no início: a apresentação que o Sr. Presidente de Junta nos fez reflete que há muitas questões em aberto, e muitas questões que estão, neste momento, a ser trabalhadas com a Câmara Municipal de Lisboa, que ainda estão muito indefinidas, que não permitem saber com rigor qual a transferência, quer de recursos humanos, quer de equipamentos, que se prevê, que ainda há aqui quase diariamente informações novas sobre o tipo de equipamentos. Penso que os jardins, pelo que disse o Sr. Presidente, na outra intervenção, há pouco, que já estarão definidos quais são os espaços verdes que ficam ou não ficam, mas, se calhar, ainda não é uma posição completamente definitiva.

E eu penso que se podemos esgotar o prazo legal que a Lei nos permite para a aprovação destes documentos, era talvez o tempo também em que poderíamos já receber informações mais precisas para, enfim, as diversas componentes dos documentos que nós estamos a apreciar, e também para que nós próprios pudéssemos trabalhar, enfim, com outro conhecimento e com outra capacidade, porque nos parece que esta nova Lei, enfim, da reorganização administrativa de Lisboa dá competências às Juntas de Freguesia muito substantivas, e nos parece, numa primeira análise, que o Orçamento ainda reflete a lógica antiga das competências anteriores que as Juntas de Freguesia tinham. Quer dizer, não me pareceu que estivesse refletida já uma capacidade de intervenção, até de investimento – por exemplo, os investimentos previstos são cerca de 10% do total do Orçamento existente – e sabemos que com estas novas competências de manutenção dos espaços verdes, dos equipamentos, dos espaços públicos, que há muito mais, enfim, é muito mais substantivo aquilo que é preciso ter como investimento, e eventualmente esta questão, que o Sr. Presidente também referiu, que a ação social tinha uma parte muito importante, enfim, do Orçamento, canalizada para esses aspetos, mas que nós verificamos que é muito também por avenças, por donativos, que não estão minimamente explicados. Também não percebemos por quê tanta necessidade de avença, de tantas especialidades, quando vêm para os quadros da Junta técnicos superiores, portanto, capacidade técnica instalada e que tem, enfim, um compromisso responsável de pagamento dos respetivos salários, e por que é que se continua... penso que é o que vem, enfim, como digo, da prática anterior, a necessidade que as Juntas tinham de recorrer a avenças, a assessorias, porque não dispunham de quadros próprios. Mas, agora que vão dispor, com certeza que poderá haver aqui uma redução nestas avenças que estão a ser propostas, ou, obviamente, que nos seja dada essa explicação.

Portanto, nós estamos a fazer o raciocínio que podemos, relativamente aos elementos que nos foram apresentados, mas são estas as conclusões primeiras que tiramos deste processo. Portanto, um pedido para que pudéssemos ter mais tempo para apreciar, e que a própria Câmara pudesse também definir melhor quais são, enfim, estas transferências que vão fazer para as Juntas, e que pudéssemos, de facto, ter uma capacidade de a Junta aplicar mais para investimento e menos para esta contratação, e estas avenças que se propõe fazer, e que ascendem, enfim, a valores muito substantivos, e que esgotam muito

daquilo que possa ser a capacidade de gestão, e daquilo que possa ser para acorrer às necessidades dos fregueses.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. No final, darei novamente a palavra ao Executivo para responder, e para ponderar a proposta, da avaliação que o Partido Socialista fez referente ao prazo, no final da discussão.

O Grupo Político do PCP.

Isabel Lourenço (PCP): Eu peço desculpa, eu vou ler, porque eu preparei, tive a mesma dificuldade, e, de facto, preparei isto por escrito, porque se estava mesmo a adivinhar que isto ia ser longo, com onze pontos na ordem de trabalhos.

As dificuldades na elaboração deste Orçamento são um resultado direto do acordo do PS com o PSD em Lisboa, em torno da Lei n.º 56/2012, para a reorganização administrativa de Lisboa, que não teve em conta o interesse da população, mas apenas a distribuição entre eles do poder na cidade.

A Lei n.º 56/2012 obriga as freguesias a assumir responsabilidades que só vereadores a tempo inteiro poderiam assumir. A delegação de competências nos moldes previstos irá colocar inúmeras dificuldades de manutenção de equipamentos, espaços e gestão de pessoal à freguesia, e vai provocar uma profunda desorganização dos serviços do município, reduzindo os índices de eficiência, autonomização de recursos e ganhos, e economias de escala, que o facto de estarem integrados no município lhes conferia. Os setores cujos serviços serão objeto de transferência para a responsabilidade das freguesias vão ficar completamente divididos e sem capacidade para dar resposta, por exemplo, a grandes calamidades, como se deu no inverno passado, em Lisboa, em que os serviços de Proteção Civil Municipal resolveram rapidamente todos os problemas que então surgiram.

A transferência de recursos humanos dos diversos serviços do município para as freguesias resulta da Lei n.º 56/2012, e que grande parte dos trabalhadores não vai aceitar, e até recusa, irá ter consequências ao nível da gestão e integração dos serviços da Junta de Freguesia, mas também ao nível da perda de direitos dos trabalhadores.

Tendo analisado a proposta de Orçamento apresentada, vemos de imediato que o mesmo é irrealista, devido à completa ausência de estudo prévio sério sobre esta matéria, pela qual o Executivo Camarário... aliás, como se pode observar na discussão de ontem da sessão de Câmara, que vai continuar amanhã, este Orçamento irá ser objeto de inúmeras alterações e retificações ao longo do ano. Não obstante, queria alertar, e ver esclarecidas as seguintes rubricas:

Nas receitas, página 1, rubrica 01.02.02. E aí, ainda não há dados?

Página 2, rubrica 06.05.01.03, quarenta euros (40€) para as eleições... Eu depois entrego-lhe por escrito, se quiser. Estão previstos quarenta euros (40€) para

eleições, se calhar esqueceram-se que vamos ter eleições para o Parlamento Europeu, e com um bocado de sorte, e peço desculpa, também para o Governo.

Página 2, rubrica 07.02.08, temos uma receita de cinquenta mil euros (50.000€) para natação, mas não temos despesa. Eu suponho que isto seja... na página 2, rubrica 07.02.08.04.02, temos cinquenta mil euros (50.000€) de receita de natação, mas não temos despesas de natação. Essa natação será a que é lá de cima, da Piscina Municipal?

As despesas, temos quatrocentos e quarenta mil euros (440.000€) em avenças, e isto dá mil, duzentos e cinco euros (1.205€) por dia. Eu acho que quando há este tipo de números elevados, seria bom que viessem acompanhados de uma explicação.

Em relação ao Mapa de Pessoal, o Mapa de Pessoal não foi elaborado de acordo com os termos do art.º 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e portanto, nem sequer pode ser votado, porque lhe faltam os escalões, falta aqui uma série de coisas. Portanto, não se pode votar o Mapa de Pessoal nestas condições.

O Plano de Atividades de 2014, gostaria de revelar ao Sr. Presidente que em relação aos terrenos de Lisboa em que se situava o Aquaparque, houve um processo judicial, o Processo n.º 665/99/A, iniciado pela AMBEX, Associação de Moradores de Santa Maria de Belém e S. Francisco Xavier, que resultou numa sentença tornada pública a 9 de maio de 2013, onde é ordenada a reintegração dos terrenos do antigo Aquaparque no Parque de Monsanto, e que a CML proceda à intervenção do local para que regresse ao estado em que se encontrava no final de 1987. As decisões dos tribunais devem ser respeitadas, e acho que a Assembleia de Freguesia não deve ser a primeira a fazer o desrespeito, e caso exista alguma discordância com as mesmas, existem canais próprios para recorrer de sentenças.

Em relação à proposta de ???, equipas de voluntários ??? património existente nas freguesias, acho que é uma excelente ideia, mas queria alertar que, pela redação, dá a impressão que essas mesmas pessoas poderiam vir a fazer pequenas reparações. Ora, eles são estranhos ao quadro de funcionários, não têm seguro, não têm equipamento de segurança, etc., etc., e portanto, uma situação dessas seria absolutamente ilegal, e penso que não era isso que queriam dizer. Mas, pela redação, não está claro.

Posto isto, o PCP vai votar contra porque, de facto, não estão reunidas as condições para se fazer a aprovação do Orçamento, dada a falta óbvia dos elementos necessários para a elaboração do mesmo, e para a elaboração do Mapa de Pessoal, e do Plano de Atividades, como vem em conjunto, e pelo que percebi, vamos fazer uma votação única.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Obrigado. Grupo Político do PSD, se faz favor.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): Gonçalo Silvério Marques. Ora bem, Sr. Presidente, eu penso que estamos aqui a navegar em águas muito turbulentas, e efetivamente, a Junta, para iniciar o seu percurso de responsabilidade perante os fregueses, perante a sociedade, tem que ter uma orientação. E essa orientação previsional, não sendo ótima, é uma orientação equilibrada, a nossa ver. Portanto, concordamos com este Orçamento. Sabemos que estamos perante um Orçamento em tempo de mudança, da gestão de mudança. É-nos dito, até na introdução, que está fortemente condicionado pela indefinição quanto às transferências de pessoal e meios do município. Portanto, há elementos externos ao Orçamento que não são controlados pela Junta. Portanto, a ver vamos, o que é que se vai passar. Poderá haver orçamentos rectificativos, que a Lei permite.

Por outro lado, estamos conscientes e tranquilos, porque a Junta diz-nos que houve o cuidado de prever todas as despesas de funcionamento, estando garantido que a freguesia detém os meios financeiros necessários para cumprir o seu Plano de Atividades. Atendendo a isto, e atendendo a que esta Junta, e todos os seus membros, nos habituaram ao longo do tempo a ser pessoas... a ser bons intérpretes dos interesses públicos, a ter qualificação suficiente para, mesmo num período difícil de mudança, aplicarem no seu quotidiano os critérios de transparência, de boa gestão pública, de uma preocupação custos / benefícios, uma preocupação de melhores práticas, uma preocupação de economias de escala, nós somos favoráveis a este Orçamento, embora também concordemos com os colegas, que é um Orçamento difícil de aplicar enquanto não houver linhas mais definidas, da parte de quem de direito.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Grupo Político do CDS.

Hélder Correia (CDS-PP): Eu só queria dizer que faço minhas as palavras aqui do Grupo Parlamentar do PSD.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Executivo, para poder responder, comentar.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Eu fico aqui, de facto, por vezes, surpreendido com algumas posições. Não é verdade que tenhamos enviado com dois dias de antecedência para a Oposição os documentos, porque ao abrigo do Estatuto de Oposição, no dia 11 de dezembro, carta registada com aviso de receção, enviámos para os Líderes das Bancadas da Oposição, Júlio Miranda Calha e Isabel Lourenço, a seguinte carta:

Assunto: *“Assembleia Ordinária de dezembro, Estatuto de Direito de Oposição”*

“A Lei n.º 24/98, de 26 de maio, aprovou o Estatuto de Direito de Oposição, assegurando às minorias o direito de constituir e exercer uma posição democrática, no caso concreto das autarquias, aos respetivos órgãos executivos. Antes da sua apresentação no órgão deliberativo, os Partidos Políticos, através dos seus representantes, devem ser consultados para se pronunciarem sobre os

documentos em causa, fazendo, neste momento, as sugestões e propostas que julguem convenientes.” (Atenção, foi no dia 11).

“Assim, junto remetemos os documentos para vossa apreciação, cuja versão inicial foi aprovada na Reunião de Junta de dia 10 de dezembro. Tendo em consideração que nos termos do art.º 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviamos em simultâneo a respetiva documentação.” (E estando a Assembleia convocada para 19 de dezembro, o prazo para entrega da documentação termina a 17).

“Agradecemos que nos façam chegar os vossos contributos até às dez horas do dia 16. Se necessário, haverá uma reunião extraordinária da Junta no dia 16.”

Recebi apenas, recebemos apenas da parte do Grupo do Partido Socialista uma proposta de Regimento, e mais uma ou outra questão que não tinha nada a ver com esta questão do Plano de Atividades. Portanto, neste momento, tiveram, com oito dias de antecedência, conhecimento destes documentos, de proposta de Orçamento, e das Opções do Plano.

Agora, é o seguinte: o Orçamento, como é evidente, isto é sempre uma previsão. E se querem que lhes diga, estou perfeitamente convicto que, muito em breve, terá que haver... este ano vai ter muito mais Assembleias de Freguesia Extraordinárias, para irmos corrigindo, adaptando os nossos documentos, porque isto vai ser um processo que vai demorar. Vai demorar. E vai demorar de tal forma que posso-lhes citar já dois casos de Juntas de Freguesia em Lisboa, uma até do PS, que está previsto, hoje, salvo erro, hoje está a ter uma Assembleia, e vai aprovar também o Orçamento. Quer dizer, a Junta de Freguesia Socialista do Lumiar está precisamente a fazer hoje aquilo que nós estamos aqui a fazer. Quer dizer, há aqui qualquer coisa que não bate certo. A da Estrela também, que por acaso é do PSD, pronto, mas em acordo com o PS, que não tem maioria absoluta. Portanto, isto não é uma mania desta Junta de Freguesia; isto é uma necessidade para estarmos operacionais, para termos instrumentos de gestão para podermos trabalhar. Obviamente, a Assembleia, com os seus membros, e nós próprios também, estamos atentos para irmos adaptando e corrigindo, à medida que houver necessidade disso.

Além do mais, os senhores não têm tido nenhum problema, porque já demos mais que provas que nós sabemos gerir a coisa pública, e que não andamos aqui a esbanjar. Os factos falam por si, e os resultados eleitorais também.

Gostaria que nos dessem a vossa confiança. Muito obrigado.

O Dr. Carvalhosa, por favor.

João Carvalhosa (Vogal): Eu gostaria só de reforçar aqui algumas ideias, e têm, de facto, a ver com o momento especial que estamos a viver. E a não aprovação deste Orçamento, ou a não apresentação, ou adiamento, iria implicar que a Junta

não pudesse assumir determinados compromissos já a partir de dia 1 de janeiro, porque são compromissos que são, alguns deles, plurianuais – aliás, vamos iniciar, desde já, os procedimentos – porque são procedimentos essenciais, e sem este documento aprovado, não o poderíamos fazer. Vou-lhes dar um exemplo: as comunicações, havia duas Juntas, duas vias de comunicações; estamos a tentar uniformizar. Mas, não o podemos fazer, nem podemos assumir compromissos plurianuais se isto não estiver aprovado, o que implicaria que só daqui, eventualmente... no fim desses noventa dias de prazo é que poderíamos começar a tratar destes procedimentos. Mas, quem diz estes, diz muitos outros procedimentos. A própria contratação dos técnicos que trabalham connosco não poderia ser feita, não poderia continuar, se não tivéssemos este Orçamento aprovado a tempo, no início do ano. E daí, de facto, alguma urgência – alguma urgência, que é o prazo normal; aliás, está previsto na Lei ser aprovado no mês de dezembro do ano anterior a que começa.

Agora, é claro que nós temos aqui uma grande dose de imprevisibilidade, e como o Sr. Presidente referiu, serão, com certeza, necessárias, brevemente, Assembleias de Freguesia para retificar estes valores, porque nós também achamos que não é possível, chegando a dia 19 de dezembro, e ainda não se saiba sequer, não esteja ainda determinado por parte da Câmara Municipal que meios humanos, que meios materiais, que meios, etc., etc., todos os meios que vão transitar para a Junta. Em bom rigor, não está ainda definido hoje quais são as competências finais da Junta de Freguesia. E isto é que eu acho que é inadmissível, porque já deviam estar.

Houve uma reunião ontem de Câmara; da reunião de ontem para a reunião de amanhã (que vai continuar amanhã), já alteraram, por exemplo, esta questão do posto de limpeza, qual é que era, qual é que não era, já alteraram... Quer dizer, a imprevisibilidade em que estamos a navegar é, de facto, muito grande. Agora, por causa disso, não podemos parar. E, por exemplo, dando até aqui alguns exemplos, que creio que a Isabel falou, do IMI, está previsto, de facto, que haja uma verba do IMI que venha para a Junta, mas não se sabe como nem quando. E daí, a questão de deixar a rubrica aberta para que a Junta possa receber esse IMI, porque senão, nunca o poderia fazer.

Há outras questões, também práticas, como a questão das eleições, mas que se está à espera, exatamente – e nós tivemos isso em consideração, que vão haver eleições em junho – mas está-se à espera de uma alteração da Lei. Portanto, nós vamos esperar que haja uma alteração da Lei, onde, em princípio, isso também vai ser mexido, para colocar no Orçamento um valor mais realista.

A questão da natação também tem um bocado a ver com isto, que é: nós tivemos uma reunião no gabinete da Vereadora, aqui há coisa de um mês, se não estou em erro, onde nos foi dito que talvez, era possível que a piscina passasse para a Junta de Freguesia. Entretanto, já nos disseram que não ia passar. Agora, já vai passar, olhando à proposta que vai amanhã à Câmara. Portanto, andamos, de facto, numa indefinição de informação grande.

Quanto à questão das avenças, eu percebo, e se eu estivesse na Oposição, não sendo Oposição, eu perceberia a apreensão, mas isto tem a ver também com algumas questões muito simples. Aliás, se dividirem o valor, os quatrocentos e quarenta mil euros (440.000€), por doze meses, e pelo número de pessoas, vão ver que até são relativamente poucas avenças. Mas, isto tem a ver com outras questões também. Por exemplo, nas CAF que nós somos responsáveis por gerir, nós, ou nas AEC, neste momento, ou nos clubes, nós não podemos fazer contratações. Portanto, não estamos a falar em ??? a Junta de Freguesia destas ou daquelas pessoas. Não, são atividades das Juntas; e por força da Lei do Orçamento de Estado, as Juntas estão impedidas de contratar. E portanto, daí a necessidade de ter aqui uma verba, que é uma verba significativa. Por exemplo, e nesta verba também pensámos já na questão da piscina, e dos técnicos da piscina. Ou seja, os técnicos que estão, neste momento, na piscina, funcionários, são prestações de serviços, são avenças. Portanto, não são técnicos da Câmara Municipal que vão transitar para as Juntas, com exceção de dois ou três administrativos. A maior parte dos técnicos que estão na piscina são avenças. E portanto, daí a necessidade de haver este valor elevado nesta rubrica.

Aposta no investimento, a questão das verbas para investimento, que a Teresa Almeida levantou, resulta um bocado desta imprevisibilidade também, e resulta, enfim, e nós referimos isso lá na reunião que tivemos na Câmara, com a Sra. Vereadora, em que nós não queremos – e queremos que este valor seja mais elevado – nós não queremos agravar os problemas de pessoal que a Câmara tem. Como sabemos, a Câmara tem pessoal a mais para as funções que tem, mas também não queremos que nós, as Juntas de Freguesia, depois ficarmos com esse problema, por força da delegação de competências. E por isso, tivemos possibilidade de dizer isso à Câmara, e daí a questão das quatro, ou duas pessoas para fazerem aquela tarefa específica, e nós dissemos: “Não, nós só queremos duas. Não queremos quatro se duas são suficientes.” Portanto, há aqui, de facto, uma série de equações que ainda estão a decorrer.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem. Vamos passar à votação. Eu, neste ponto, deixei, de facto, que se estendesse a discussão, porque é um ponto muito relevante para o próximo ano.

Passamos à votação. Votos contra? Abstenções? Votos a favor? Foi aprovado com sete (7) votos a favor, seis (6) votos contra, e nenhuma abstenção.

Vamos passar para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, a proposta para aprovação, inscrição desta freguesia na ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias.

O Executivo, de acordo com a proposta que foi distribuída, propõe que se delibere solicitar à Junta de Freguesia a aprovação da inscrição da Freguesia de Belém na ANAFRE. Eu penso que esta proposta é elucidativa. Eu passava diretamente à votação, a não ser que queiram levantar a discussão.

Não querendo, votos contra? Abstenções? Aprovado por unanimidade. Portanto, a freguesia inscrever-se-á na ANAFRE.

Ponto seguinte da ordem de trabalhos, 7.º Ponto, Apreciação e votação do Regulamento e Tabela de Taxas da Freguesia.

Eu dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta também é uma boa forma, para já – é natural que, mais tarde, tenha que cá vir a outra Assembleia, fazer-se mais aditamentos, e outras retificações – mas, limitámos os valores, em termos das taxas que eram praticadas nas ex-Juntas de Freguesia, de Santa Maria de Belém e de S. Francisco Xavier, e com base na recomendação do Tribunal de Contas, utilizar sempre as taxas mais baixas de cada uma das freguesias, a incluir nesta tabela. E o regulamento, fomos buscar precisamente o Regulamento Municipal, transferir o Regulamento Municipal para as freguesias, para, agora com base nas novas competências que vamos ter, começarmos também a funcionar. Agora, para já, também cumprir com as outras necessidades que nós temos que ter no dia a dia, com essas taxas que estão aí previstas, nomeadamente com as taxas de secretaria, os licenciamentos dos caniúdeos e gatúdeos já tínhamos, mas tivemos essa regularização. Portanto, sempre a taxa mais baixa da ex-Junta de Freguesia. Taxas do Espaço Ecológico, do Centro Social, as taxas de ???, e portanto, das diferentes atividades.

Obviamente que, em breve, na sequência em que fomos desenvolvendo negociações com a Câmara, poderemos depois ter outro tipo de taxas de licenciamento.

Mas, portanto, na prática, isto foi o que foi transferido do Regulamento Municipal para a freguesia.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Vou pôr à discussão.

Não havendo pedidos de intervenção, passamos à votação. Votos contra? Abstenções? Foi aprovado por unanimidade. Mas, eu pedia que ficasse registado que o membro Isabel Lourenço não estava na sala. Nesse caso, aprovado por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte, Apreciação e votação do Regulamento para Licenciamento das Atividades de venda ambulante de lotarias, venda de bilhetes para espetáculos ??? em agências ou postos de venda e realização de leilões.

Dou novamente a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Isto, de facto, parte praticamente tudo da mesma questão. Tendo como base as novas funções que vamos ter em breve, já estamos a transpor também os Regulamentos Municipais para a freguesia, e portanto, na prática, é isso, já para ficarmos com esta parte regulamentada, para também começarmos a ter a nossa atividade específica nesta matéria. Mas, para já, termos já por base isto, que não é senão um Regulamento Municipal adaptado depois à nova atividade da Junta de Freguesia.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Está aberta a discussão. Vamos pôr à votação. Votos contra? Abstenções? Votos a favor? Aprovado com uma (1) abstenção, e restantes votos a favor, sem votos contra.

Vamos para o ponto seguinte, o Ponto n.º 9, Aprovação de representante da freguesia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

A proposta que nos é feita pelo Executivo é que se delibere apresentar o nome de Ana Margarida Rosa Domingos para representação desta Assembleia de Freguesia.

???: Isto sendo uma nomeação, não é necessário votarmos. É uma nomeação.

Presidente do Executivo: É um representante da Assembleia, da freguesia. Não é da Junta, é da freguesia.

Presidente da Mesa: A indicação que tinha é que é um representante da freguesia, e não da Junta. Ana Margarida Rosa Domingos.

Mas, eu dou a palavra ao Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

A Dra. Ana Domingos já lida com estas duas Juntas, já há alguns anos, conhecem-na perfeitamente, é uma técnica que colabora connosco já há vários anos, é a atual representante na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, uma pessoa muito competente, que é nossa colaboradora, em prestação de serviços, já há uma série de tempo. E portanto, era só para continuar a atividade dela, a representar a freguesia na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lisboa Ocidental. E temos a noção, de facto, de que tem feito um trabalho muito competente. E realmente, quem tem lidado com a nossa, ou ambas as ex-Juntas de Freguesia, conhece-a perfeitamente, e penso que tem boa informação sobre ela. E por isso, pedia-vos a vossa aprovação a esta nossa proposta.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Eu coloco à discussão, e coloco, exatamente, à consideração, na eventualidade de quererem que a votação seja feita por voto

secreto, uma vez que se trata de uma votação nominal. Portanto, se for requerida essa votação, eu terei de a realizar. Caso contrário, passo à votação. Votos contra? Abstenções? Foi aprovada esta designação da freguesia para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

O 10.º Ponto, e penúltimo, Ratificação de Protocolo com o Clube de Atletismo “Amigos de Belém”.

Dou a palavra à Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

O Clube de Atletismo “Amigos de Belém” é uma associação da nossa freguesia, composta por atletas que quase todos os fins de semana representam as cores de Belém em várias maratonas, em Portugal e no estrangeiro. Pronto, mas em Portugal, quase todos os fins de semana.

A Junta tem-nos apoiado, eles também têm apoiado a Junta em várias iniciativas, nomeadamente na organização da Meia Maratona da EDP, na nossa participação, também na Corrida de Belém, que já foi a primeira edição, e esta vai ser a segunda, e também são parte fundamental nesse tipo de apoio. E temos tido uma boa colaboração com esta coletividade, que é uma das raras coletividades da nossa freguesia que não tem nem um sítio onde se possa reunir com uma certa frequência, portanto, uma sede. E este é, de facto, há muito tempo, um grande objetivo da coletividade.

Neste momento, além do atletismo e da ginástica – têm uma classe de ginástica que já tem muita gente inscrita – praticam desporto de uma forma muito saudável e muito exemplar. E, de facto, é um exemplo, enfim, para quem gosta de fazer desporto e de uma vida sadia, e temos tido um bom relacionamento com eles.

E a Junta de Freguesia propõe que, ficando devidamente salvaguardado, sempre, a qualquer momento que precise da instalação para outra atividade de interesse nosso, público, como é evidente, eles imediatamente largarem, com dez dias de antecedência, a nosso pedido, as instalações. Portanto, era neste sentido, a sede, no Bairro de Caselas, numa moradia que lá temos, ao lado da Associação das Famílias Numerosas, que também está cedida a essa Associação das Famílias Numerosas uma outra moradia também da Junta. E então, neste caso, tem duas assoalhadas, para eles terem lá os seus elementos. E a Junta de Freguesia está também a tentar recuperar algumas obras nessa moradia, e instalar lá eventualmente alguns serviços que, mais tarde, sejamos obrigados a ter que instalar nesse local também, da Junta de Freguesia.

Mas, para já, era uma proposta que nós gostaríamos de fazer, porque acho que merecem. É das raras coletividades aqui de Belém, da freguesia, que não tem, realmente, uma sede. E gostaríamos muito que isto fosse aprovado, porque a todo o momento eles deixam as instalações, se houver algum interesse público

superior que nos leve a utilizar, ou a necessitar dessas instalações. Gostaria que nos dessem a vossa confiança.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Coloco à discussão este ponto, sobre a Ratificação do Protocolo com o Clube de Atletismo “Amigos de Belém”. Grupo do PS.

Júlio Calha (PS): Nós ouvimos uma explicação sobre as atividades deste clube, que achamos evidentemente relevantes, as suas práticas saudáveis em termos daquilo que desenvolvem, no âmbito daquilo que é o objeto da sua ação, e estamos mesmo até de acordo que a Junta possa procurar um sítio para haver essas instalações.

Mas, as coisas não podem decorrer desta maneira completamente, porque não está nenhuma figura de ratificação, em termos dos nossos... se já tivéssemos Regimento, tinha visto isto, mas vem da Lei das Competências, não está lá dito rigorosamente nada sobre ratificação de protocolos. O que está lá dito na Lei é que tem que haver uma autorização da Assembleia de Freguesia para se fazerem protocolos. Portanto, eu penso que estamos numa situação um pouco equívoca, e que, obviamente, nós não poderemos nunca votar, nem num sentido, nem noutro, em relação a esta matéria, porque, de facto, há uma situação e uma deliberação... aliás, essa assinatura desse protocolo já foi feita, e portanto, nós não nos podemos pronunciar sobre uma situação que tem características completamente contrárias àquilo que são as competências da Lei. Aquilo que deveria aqui vir era uma minuta do protocolo, uma minuta do protocolo, e obviamente a Assembleia iria analisar esse protocolo, e depois, como diz a legislação, iria autorizar esse protocolo. Nós, da nossa parte, até não tínhamos dúvidas nenhuma em aprovar essa autorização. Mas, a verdade é que não é esta a situação.

E portanto, dentro deste contexto, quer dizer, nós não nos podemos pronunciar sobre nada, porque, realmente, é uma situação um pouco exclusiva.

Presidente da Mesa: Há aqui uma questão de natureza regimental, e eu pedia ao Presidente da Junta, uma vez que pediu a palavra, para se pronunciar sobre esta questão específica, e não sobre o mérito da proposta.

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, isto aqui ??? realmente, está bem, o que está aqui, e que eu estou aqui a ler, proponho que se delibere aprovar a proposta de protocolo que a Freguesia de Belém indicar. Submeter à Assembleia de Freguesia, para efeitos de autorização, a presente proposta e celebração de protocolo de colaboração entre a Junta e o Grupo “Amigos de Belém”. Portanto, está aqui escarrapachado em baixo: submeter à Assembleia de Freguesia, para efeitos de autorização, a presente proposta de celebração de protocolo. Ora, uma proposta de protocolo é uma minuta. Agora, de facto, esta minuta foi acordada, foi acordada esta minuta no dia 2 de dezembro, e foi por isso que, agora, vem a ratificar. A ratificação é uma autorização *a posteriori*. Desculpe lá. Bem, portanto, eu só expliquei isto, neste caso ???.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Grupo do PSD.

Margarida Cabral (PSD): Margarida Cabral. Esta é a figura chamada de ratificação-sanação, é uma figura geral de direito administrativo, está prevista no Código do Procedimento Administrativo. O órgão competente sana o ato ratificado por um órgão “incompetente”, e o ato passa a ser válido, com efeitos retroativos, a partir do momento, com a data em que foi ratificado pelo órgão competente. Isto não tem nada de mais.

Presidente da Mesa: Não sei se há mais alguma intervenção de algum Grupo Político. Dou a palavra.

???: ???, mas, ao mesmo tempo, raciocinei um pouco melhor, e quem sou eu, digamos, para intervir após, enfim, a intervenção de uma ilustre e douta professora nestas áreas, ainda por cima de direito administrativo.

Mas, de qualquer forma, era só para subscrever exatamente aquilo que disse, porque o meu entendimento sobre esta palavra, e a discussão que está aqui, é o entendimento jurídico sobre a palavra “ratificação”, portanto, é exatamente aquele que transmitiu.

Era só.

Presidente da Mesa: Penso que o Grupo do PS pediu novamente a palavra.

Júlio Calha (PS): Quer dizer, eu volto à mesma situação, porque foi assinado o protocolo.

Presidente do Executivo: Peço desculpa, proposta de protocolo.

Júlio Calha (PS): Isto não é uma proposta, é um protocolo já assinado. O que está aqui... Sr. Presidente, eu gostava de poder intervir. O que está aqui é um protocolo assinado.

Margarida Cabral (PSD): Está assinado, senão não era preciso a figura da ratificação.

Júlio Calha (PS): Portanto, objetivamente, não só, portanto, é um certo desinteresse ou falta de atenção em relação à Assembleia de Freguesia, visto que o que está na Lei, no n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 75/2013, é que se prevê que compete à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia, autorizar a celebração de protocolos. Autorizar, está a perceber? Portanto, sob proposta, tem que autorizar. Mas, então, vamos autorizar o quê, se o protocolo já está feito? Já está assinado, o protocolo já está assinado.

Presidente da Mesa: Tendo em atenção que estamos aqui perante uma divergência de natureza jurídica, processual, e não tanto da questão de fundo, em que parece que não houve aqui nenhuma divergência, eu julgo que quando a

proposta é feita, nos termos em que é submetida, para efeitos de autorização, deve esta Assembleia encarar o protocolo como tendo valor na justa medida em que seja autorizado através desta votação. Isto é, a circunstância da proposta, no seu último parágrafo, aludir à seguinte proposta de deliberação, que submete à Assembleia de Freguesia para efeitos de autorização, a presente proposta de celebração de protocolo de colaboração, leva a Mesa a interpretar que a circunstância de haver um protocolo que tem aqui assinaturas traduz apenas um pedido de ratificação a esta Assembleia, para efeitos de autorização. Isto é, se esta Assembleia deliberar em contrário, ou seja, não aprovar esta proposta, obviamente este protocolo não tem nenhum efeito.

Portanto, penso que foi nessa condição que a proposta foi feita a esta Assembleia, pelo que, se for rejeitada a proposta, este protocolo não tem valor, na medida em que aquilo que nos é pedido é para efeitos de autorização. Provavelmente, na ordem de trabalhos, deveria ter colocado de uma forma mais extensa esta proposta. Mas, julgo que não contraria o espírito da proposta, pelo que terei de colocar à votação. Eu espero, naturalmente, que uma vez aprovado o Regimento, seja mais simples para os nossos trabalhos, na medida em que, na ausência de Regimento, temos de nos socorrer da Lei geral.

Eu passo à votação. Votos contra? Abstenções? Votos a favor? Penso que foi votado com cinco (5) abstenções, e os restantes votos a favor, sem votos contra, pelo que foi autorizado este protocolo, cuja minuta nos foi anexada.

Último ponto da ordem de trabalhos, Informação escrita.

Antes, uma declaração de voto.

Júlio Calha (PS): É assim, aqui a nossa Bancada é uma Bancada tolerante, mas há uma coisa que tem que ser passada a adotar daqui para o futuro: é que nós queremos que as coisas sejam transparentes, que sejam claras, e que não tenham desconsideração para com a Assembleia de Freguesia, porque, em certa medida, ter assinado este protocolo antes, ter assinado este protocolo antes, e vir aqui agora pedir uma ratificação, obviamente que nós sabíamos qual é que iria ser a votação respetiva sobre o assunto, mas o facto de ter sido assinado, e haver esta desconsideração em termos da Assembleia, para que ela se pudesse pronunciar sobre a minuta do protocolo a assinar, acho que é uma coisa que devia de ser tomada em linha de conta no futuro.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente da Junta, em defesa da honra.

Presidente do Executivo: Eu não admito a ninguém, mesmo a membros desta Assembleia, que me digam que temos situações menos transparentes, quando está tudo mais do que transparente. Portanto, acho que é inadmissível, e só posso admitir que isso acontece por outras razões, que as pessoas calculam, mas que não vou aqui referir outra vez.

Agora, de facto, aquilo que se passa é que o senhor é licenciado em história, e portanto, não tem uma obrigação de conhecer, de ter conhecimentos jurídicos. Agora, ratificação é uma aprovação posterior. Portanto, podia ser também uma figura, em minuta, aprovado em minuta, e depois ia à ratificação, e era aprovado depois na Assembleia. Neste caso concreto, houve uma aprovação que nós fizemos de um protocolo, que não tem qualquer valor jurídico se não for aprovado em Assembleia, o protocolo para este efeito.

Portanto, com toda a transparência, nós trouxemos isto à Assembleia para ser aprovado. Não quisemos esconder de ninguém, nem faltar aqui à transparência. Portanto, rejeito completamente essa tentativa de tentar dizer que sou uma pessoa pouco transparente.

Presidente da Mesa: Faça favor.

Júlio Calha (PS): É só uma pequena consideração. Eu não falei de pessoas, falei em processos, e obviamente que me dispense de fazer quaisquer outras considerações sobre o que acabei de ouvir.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos passar ao último ponto da ordem de trabalhos. Há uma Informação Escrita do Presidente sobre uma série de matérias. Não sei se, apesar de estar escrita, pretende usar da palavra, ou se podemos considerar...

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, a informação é essa, é a possível neste momento. Portanto, se tiverem alguma dúvida, estou sempre à disposição para esclarecer alguma questão.

Presidente da Mesa: Sobre a informação escrita, pergunto se há algum Grupo Político que tencione usar da palavra. Muito bem.

Nesse caso, damos por concluídos estes trabalhos, não sem antes dar a palavra ao Grupo do PS.

Júlio Calha (PS): É o último ponto da ordem de trabalhos, não é? Então, em primeiro lugar, desejar um bom natal e um bom ano novo a todos os membros, quer da Junta, quer da Assembleia de Freguesia.

Acho que vamos ter um ano complexo no próximo ano, e, naturalmente, aqui estaremos sempre com a ideia de colaborar em tudo aquilo que nós sentirmos que é positivo para a freguesia. Obviamente, também não escamotaremos aquilo que considerarmos inadequado. Portanto, é esta a lealdade que nós aqui traremos à Assembleia de Freguesia.

Portanto, bom natal, e bom ano novo.

E agora, um pequeno apelo ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia: era que nos criasse boas condições para nós funcionarmos em termos de

Assembleia, porque quem conduz os trabalhos da Assembleia é o Sr. Presidente. E portanto, é óbvio que é útil, que é necessário, porque nós não somos público. Estamos aqui sentados quase como se fossemos público. Nós somos os membros da Assembleia de Freguesia. E portanto, isso tem que decorrer de outra maneira, e com outro tipo de contornos. Portanto, era o apelo que eu deixava.

E mais uma vez, bom ano para todos.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Antes de concluir a nossa reunião de trabalhos, registei o pedido que foi feito pelo Grupo do PS, de que as condições logísticas têm que ser melhoradas. Na próxima reunião, trataremos de melhorar essas condições. Em qualquer caso, penso que a sessão decorreu de uma forma muito produtiva. Confesso que não imaginava que conseguíssemos, até à meia noite e vinte e cinco, tratar de uma lista tão longa de trabalhos.

Há também um pedido de intervenção do PSD.

Gonçalo Silvério Marques (PSD): É para desejar a todos um bom natal, boas festas, na certeza, porém, de que no próximo ano vamos ter um excelente ambiente de trabalho, e vamos fazer todos por isso.

Presidente da Mesa: Muito bem.

Naturalmente, desejamos a todos um bom natal, e um bom ano. Agradecemos a colaboração por parte da Junta de Freguesia.